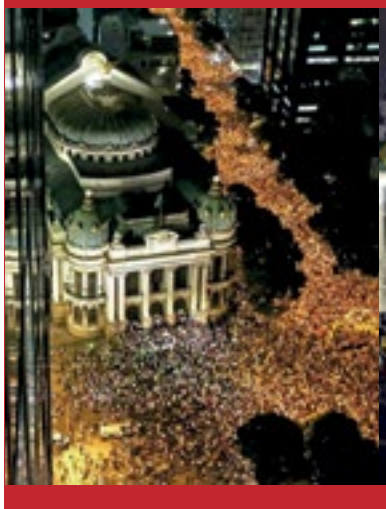
JORNAL PUBLICADO PELA **LIGA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA** - QUARTA INTERNACIONAL
ANO XIV • **DEZEMBRO** DE 2014 • Nº**112** • VALOR R$**2,00**

palavra OPERÁRIA

NA LUTA PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIAL - IV INTERNACIONAL

Até quando a política vai ficar nas mãos deles?

POR UMA POLÍTICA QUE ESTEJA NAS MÃOS DOS TRABALHADORES E DO POVO POBRE



Reforma política?

Por Thiago Flamé

Depois da polarização do discurso contra a direita neoliberal, voltamos à realidade cotidiana da política petista. A revelação da corrupção na Petrobrás, atiçada pelos interesses da oposição e pelo jogo próprio da Polícia Federal, escancara o funcionamento do sistema político.

Apesar da crise, a fila anda, e a partir dos ministérios e das disputas no Congresso, a verba pública e o controle das estatais continuam sendo divididos entre os políticos aliados e os grandes empresários e financistas. Quanto mais o chamado mercado e os setores conservadores pressionam, mais o PT cede.

A oposição denuncia escandalizada, FHC se diz envergonhado pelo que fizeram com a Petrobrás. Como se cada um de nós não tivéssemos a certeza de que a Petrobrás é somente um dentre um milhão de casos. Até mesmo o lobista Fernando Baiano tem o cinismo de se referir à corrupção generalizada para se defender, como se empresários e lobistas não fossem os principais beneficiados com a corrupção.

Ou alguém duvida que a corrupção esteja presente em cada empresa pública, em cada licitação das repartições, federal, estadual e municipal, de norte a sul do Brasil, governe PT ou PSDB? Governo e oposição fazem parte da mesma casta de políticos que se sustentam no poder participando da corrupção e usufruindo de infindáveis privilégios, governando a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros.

Também os altos funcionários, da administração dos fundos de pensão, das empresas e dos serviços públicos fazem parte da mesma casta de privilegiados. Assim como as cúpulas do judiciário, com seus supremos tribunais e seus excelentíssimos ministros e desembargadores. E também as cúpulas das forças armadas e das polícias civis e militares, com seus generais, brigadeiros, almirantes, coronéis e delegados. A lista é grande, mas a mesa do Estado é farta e quem paga a conta é o povo.

O debate sobre a reforma política

Com a grande indignação que veio à tona depois de junho de 2013, cresceu a discussão sobre a reforma do atual sistema político. Principalmente o PT e os movimentos sociais e sindicatos governistas apontam o atual sistema político como a fonte de todos os pecados do atual governo, por ser "obrigado" a fazer todo tipo de acordo para garantir base parlamentar.

Ninguém obrigou o PT a se integrar e aceitar as "regras do jogo". Pelo contrário, a direção petista e dos sindicatos cutistas tiveram que ir contra os interesses dos seus representados para avançar na sua integração ao sistema político.

Então, nas mãos do PT, a bandeira da reforma política é uma medida para tirar o foco das demandas sociais que ganharam força depois de junho. Mas, uma vez que PT instalou este debate, devemos aproveitar a oportunidade para defender de medidas que realmente acabem com os privilégios e a corrupção da casta política.

Um combate verdadeiro contra os privilégios da casta política

A agenda dos trabalhadores, da esquerda e da juventude é outra. Não é o momento de se abster da discussão sobre as formas de representação e se centrar somente nas questões sociais e econômicas, como querem alguns setores da esquerda. Os sindicatos, associações e organizações políticas dos trabalhadores não podem acreditar que virá qualquer democratização séria do regime pelas mãos dos políticos capitalistas, já que governo e oposição vão sempre conspirar para manter seus privilégios intactos.

Os trabalhadores e a juventude, através de suas organizações de luta, precisam tomar para si a luta contra todos os privilégios da casta política. Nenhum político, juiz, ou alto funcionário da administração das estatais deveriam receber mais do que um professor da rede pública, contar com as verbas de representação ou foro privilegiado. Todos os cargos de gestão dos setores públicos em todos os âmbitos deveriam ser escolhidos por eleições diretas e serem revogáveis.

Os supremos tribunais, por exemplo, concentram em si um grande poder e sendo indicados pela presidência, não estão sujeitos ao voto popular. Defendemos que todos os juízes sejam eleitos e que todos os julgamentos sejam feitos por júri popular. O mesmo em relação à Petrobrás, a maior empresa do país, fundamental para definir os rumos da economia nacional. Assim como o Banco Central e os bancos públicos. Por que não colocar seus conselhos administrativos em votação? Ao invés de deixar as empresas públicas nas mãos de funcionários corruptos, ou entregá-las a empresários, defendemos que elas sejam administradas pelos verdadeiros interessados, os trabalhadores e o povo.

Nas formas de escolha e representação, não basta mudar a forma de escolher os deputados e financiar as campanhas. O ponto mais elementar seria permitir candidaturas por fora dos atuais partidos. É um absurdo que um movimento como o MPL não possa lançar seus próprios candidatos nas eleições sem ser obrigado a se filiar a algum partido já existente. O mesmo em relação aos sindicatos, organizações estudantis, associações de bairro e movimentos como MST ou MTST.

Toda associação de trabalhadores, movimentos sociais e democráticos deveria ter o direito de ter candidatos. Por que não podem ter seus próprios candidatos? Precisamos colocar em questão os mecanismos restritivos que impedem a ampla participação dos trabalhadores e o seu poder de decisão nos negócios do Estado.

As diversas propostas de reforma política: maquiar para manter a essência

Várias frentes se formaram pela reforma política. Várias propostas foram apresentadas pelos parlamentares, com a participação de sindicatos e movimentos sociais. As divergências já aparecem quanto à forma de realizar tal reforma. Com ou sem constituinte exclusiva, com ou sem referendo. Com ou sem plebiscito. O PMDB e os partidos aliados de Dilma no congresso pressionam por uma reforma feita pelos parlamentares e depois colocada para votarmos sim ou não ao que eles decidirem. Os sindicatos da CUT e os movimentos sociais governistas pressionam por uma constituinte exclusiva para mudar alguns pontos das regras eleitorais.

Apesar das diferentes formas, com maior ou menor participação popular, o debate de conteúdo do lado do governismo está concentrado nos mesmos tópicos: forma de eleição dos deputados e financiamento de campanhas. Entre as propostas do PMDB e do PT as diferenças não são tão grandes, por que a própria reforma defendida pelo PT e pela CUT não questiona os privilégios estruturais da casta política.

Há poucos dias, Michel Temer declarou junto com José Serra ser contra o fim do financiamento

EXPEDIENTE
COORDENAÇÃO EDITORIAL: Daniel Matos
CONSELHO EDITORIAL: Val Lisboa, Diana Assunção, Marcelo Torres, Iuri Tonelo, Thiago Flamé
COMITÊ DE REDAÇÃO: Alberto Suzano e Fernando Pardal
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Juliana Alguma e Alberto Suzano
DISTRIBUIÇÃO: Filipe da Souza

Lutemos para acabar com os privilégios

privado de campanhas, que ficaria apenas limitado a um único partido por empresa. O candidato a novo líder da câmara pelo PMDB, Eduardo Cunha, trabalha abertamente contra o fim do financiamento privado e defende que os deputados sejam votados de forma majoritária nos estados, ou seja, os mais votados entram. O objetivo seria dar alguma legitimidade ao congresso, sem mudar nada.

Sem entrar nos detalhes, a proposta de Constituinte apoiada pela CUT e movimento sociais defende um financiamento publico das campanhas, e eleições em lista partidária previamente definida (ou uma mistura, com dois turnos, o primeiro voto nos partidos e o segundo voto nas personalidades). A intenção declarada seria enfraquecer o poder econômico e fortalecer os partidos políticos. A CUT, o MST e os movimentos sociais governistas fazem muito mais barulho em torno da proposta de constituinte do que justificam as questões pontuais que querem alterar.

Ao fim, podemos esperar que o PT ceda mesmo na sua ultra limitada reforma, e que qualquer reforma que se faça, se alguma reforma houver, ao gosto do PMDB e dos partidos aliados. Todo o movimento da CUT serve apenas para iludir com alguma possibilidade de democratização do sistema político, desviar o foco da população em relação às medidas de direita que o novo governo vem implementando, e com isso justificar a defesa da "governabilidade" de Dilma.

O que mudaria?

Mesmo na versão petista, muito pouco. O fim do financiamento da campanha por empresas privadas é uma questão democrática elementar para que o sistema político não seja institucionalmente refém dos capitalistas. Entretanto, sem atacar os problemas estruturais, as grandes empresas encontrarão outras formas de financiamento aos partidos, além do já conhecido "caixa 2". Depois de fortes crises de corrupção, vários países já aprovaram medidas de restrição do financiamento privado de campanha. Entretanto, isso não mudou a essência do sistema que garante a reprodução do poder dos capitalistas.

Os pontos que tentam promover um fortalecimento dos partidos e uma diminuição da quantidade de partidos são reacionários por vários motivos. A cláusula de barreira não é nada mais que uma medida restritiva contra os pequenos partidos de esquerda sem representação parlamentar. No mais, realmente interessa aos trabalhadores, à juventude e ao povo pobre fortalecer os partidos existentes?

A fragmentação política é um problema decorrente da própria formação histórica do Estado brasileiro, um somatório de regiões com economia própria, unificadas pela metrópole e pelas potências imperialistas. Os interesses específicos das elites locais, na sua disputa por espaços no Estado nacional, exercem uma pressão constante de fragmentação sobre os partidos. Entre as tendências descentralizadoras das elites locais e a centralização imposta pelo grande capital, as tentativas de acabar com a fragmentação do sistema político foram historicamente inúteis.

Só a mobilização independente dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre pode de fato colocar em cheque os privilégios da casta política. Nesta batalha, veremos que esses privilégios são inseparáveis de um Estado que funciona como balcão de negócios da burguesia. Por isso, a luta por acabar pela raiz com esses privilégios deve ser inseparável da luta por um governo dos trabalhadores e do povo pobre, baseado em suas organizações de luta.

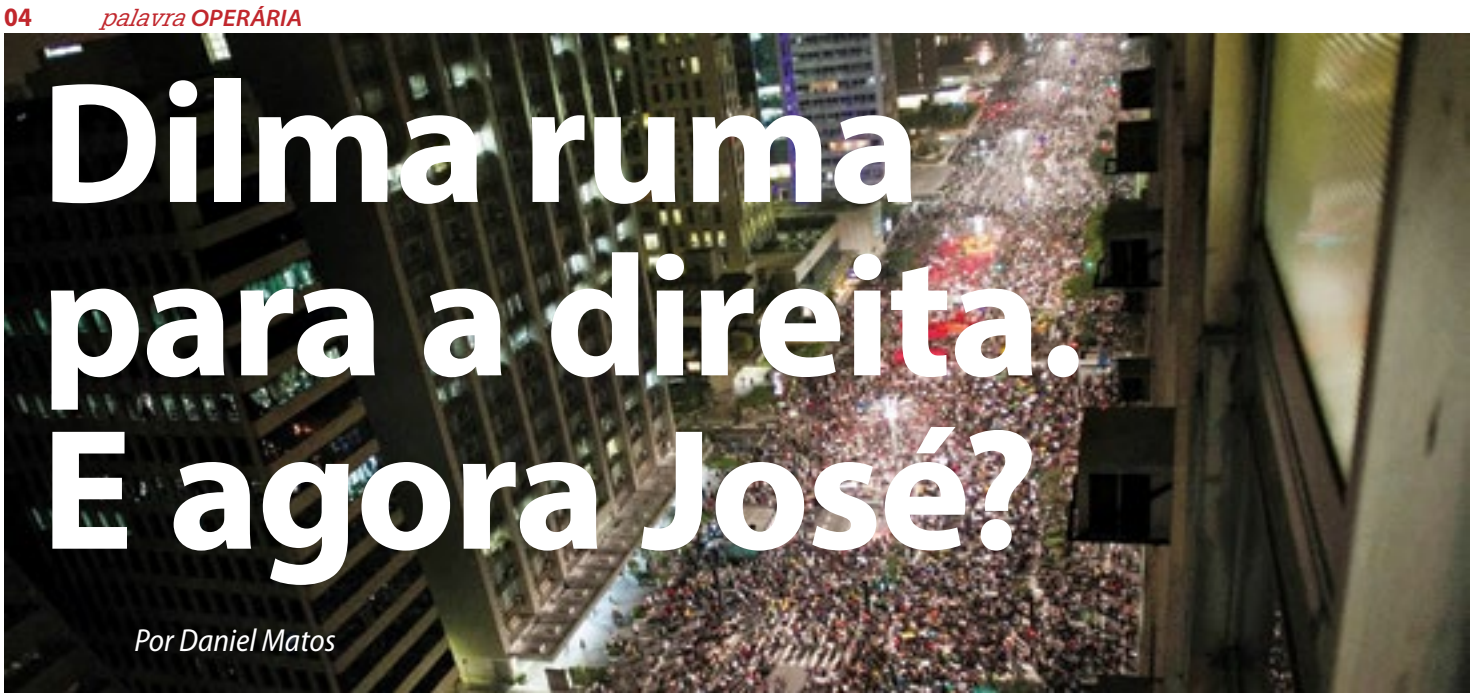
O que diz o PSOL?

Merece uma nota a postura que vem adotando o PSOL, não só por sua postura de oposição de esquerda ao PT, mas por que muitas vezes suas correntes internas falam de revolução democrática. No seu próprio programa aparecem demandas progressivas como a revogabilidade dos deputados e o "Juntos!", a juventude de uma das suas correntes, chegou a lançar depois de junho uma campanha de que todo deputado ganhe como professor.

Entretanto, essa campanha não foi apoiada pelos próprios parlamentares do PSOL. Estes pontos ficam apenas no discurso, pois na prática o PSOL não questiona os privilégios legais da casta política, apenas a corrupção. E mesmo no discurso ficam bastante secundarizadas, pois o principal ponto que este partido defende é a questão do financiamento e do tempo de TV. Muito longe de qualquer revolução democrática.

Apesar das críticas que faz ao PT, a política do PSOL é de apoiar o movimento de reforma política das direções petistas. Participam nas iniciativas do governo no congresso em relação à reforma política e também dos atos junto com os setores governistas, em defesa da governabilidade e da reforma política. Não à toa o PSOL assumiu a relatoria de uma comissão que analisa uma das propostas de reforma política através da constituinte exclusiva.

Cada vez mais o PSOL mostra porque não é uma alternativa séria ao PT. Ao falar como oposição de esquerda e ao mesmo tempo apoiar os movimentos em defesa do governo presta um grande desserviço a todos os trabalhadores. Só ajuda a corroborar a falsa ideia de que o PT continua sendo uma organização de esquerda.



Dilma ruma para a direita. E agora José?

Por Daniel Matos

Já são vários os sinais de que o novo governo caminha para a direita. Começou uma rota de aumento das taxas de juros, que freiam a economia, geram desemprego e penalizam o trabalhador com dívidas. Debate um projeto de flexibilização das leis trabalhistas, vendido com a cara de um Programa de Proteção dos Empregos (chamado PPE), mas que na verdade trata-se da suspensão temporária dos direitos dos trabalhadores. Indicou Kátia Abreu para assumir o Ministério da Agricultura, uma das mais reacionárias representantes do agronegócio e da direita, que ataca os sem-terra, os índios, os homossexuais e o direito ao aborto.

Dilma e Kátia Abreu

E, para coroar, nomeou uma nova equipe econômica neoliberal ao gosto dos grandes empresários, a qual já anunciou um duro "ajuste" nas contas do governo (leia-se: cortes nos gastos sociais, arrocho salarial de servidores, aumentos de tarifas públicas etc.). Tudo sob os aplausos do chamado "mercado financeiro".

O pior é que tudo isso vai na contramão das críticas que Dilma fez a Aécio e Marina para ganhar votos. Ou seja, trata-se de um verdadeiro estelionato eleitoral.

O grande poeta Carlos Drummond de Andrade uma vez escreveu um poema que cabe muito bem para a reflexão de todos aqueles que, mesmo com muitas dúvidas e pouca esperança em mais um governo do PT, votaram em Dilma para impedir que os tucanos ganhassem. O poema, intitulado "JOSÉ" e publicado pela primeira vez em 1966, diz:

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama protesta,
e agora, José?

Os sindicatos e movimentos sociais que apoiam o PT estão preocupados. Vendo o descontentamento e a falta de ânimo de suas bases, venderam a ilusão de que o segundo mandato de Dilma poderia ser diferente. E Drummond continua:

Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José?

Mesmo assim, a cara-de-pau segue imperando. Os intelectuais, dirigentes sindicais e movimentos sociais petistas buscam criar um movimento em defesa da "governabilidade" do novo mandato. Passando o verniz de peroba na cara, tentam nos convencer de que enfrentar o governo para combater seu programa tucano ou defender as demandas emergiram das ruas em junho de 2013 e nas greves que sacudiram o país seria "fazer o jogo da direita".

E agora, José?
Sua doce palavra,
seu instante de febre,
sua gula e jejum,
sua biblioteca,
sua lavra de ouro,

Quem é que faz "o jogo da direita"? São os trabalhadores, jovens, sem-teto e sem-terra que decidem se organizar de forma independente do governo e do PT ou os líderes populares que os protegem?

seu terno de vidro, sua incoerência,
seu ódio - e agora?

O PT sempre vai cantar a ladainha do "jogo da direita" para paralisar nossas forças. Basta! Precisamos nos organizar de forma independente e nos preparar o combate.

Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir para Minas,
Minas não há mais.
José, e agora?

As jornadas de junho de 2013 mostraram que a mobilização independente nas ruas pode conquistar coisas impensáveis. Nosso caminho está nas greves que sacudiram o país, desde os garis do Rio de Janeiro aos trabalhadores da USP, passando pelos metroviários de São Paulo, os rodoviários de várias capitais e os peões da construção civil.

Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse…
Mas você não morre,
você é duro, José!

As greves que se enfrentaram duramente contra os dirigentes sindicais traidores, a polícia, os governos. Em que os trabalhadores se mobilizaram pela base, construindo organismos de auto-organização e autodeterminação para a luta.

Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, pra onde?

Cuidado! O PSOL de Luciana Genro vendeu para muitos a promessa de ser uma oposição de esquerda ao governo. Mas mal acabaram as eleições e já estão de braços dados com os líderes sindicais petistas que querem nos paralisar. É impossível resistir aos ataques e defender as demandas de junho de braços dados com os petistas! Nossos aliados são os trabalhadores e o povo pobre que estão nas bases dos sindicatos e movimentos sociais dirigidos pelo PT. Nossa tarefa é trazê-los para a luta, nos livrando de todos os obstáculos que já se impõem nesse caminho.

Acabou o período de crescimento econômico em que os sindicatos e movimentos sociais conseguiram algumas concessões lutando de forma separada. Para o novo momento de recessão que vive o país, só poderemos resistir aos ataques que virão e defender nossas demandas se cada entidade ultrapassar os interesses corporativos de sua categoria e se propuser a se unir com os demais por uma causa comum. Todo sindicato que se diz combativo e independente do governo precisa se lançar de imediato nessa empreitada. Todo sindicato que se mantém paralisado pelos governistas precisa de um movimento que expulse seus dirigentes vendidos para recuperá-lo como instrumento de luta.

Adiante todos os "JOSÉS" e todas as "MARIAS"! Vamos à luta.

As raízes da crise da Petrobrás e como combatê-la

Entrevistamos a seguir Leandro Lanfredi, petroleiro do Movimento Nossa Classe.

Jornal Palavra Operária: Quais os motivos de fundo para a crise da Petrobrás?

Leandro: Em primeiro lugar, no fundo dessa crise está a crescente privatização da Petrobrás e da cadeia produtiva do petróleo. Com a propaganda política do PT e os ataques da mídia, os trabalhadores ficam com a ilusão de que a Petrobrás seria uma empresa "estatal". Não é. É uma empresa de capital misto. O acionista majoritário, a União, atua para garantir lucros a ele mesmo e aos acionistas privados.

Muito do que a Petrobrás faz está determinado pelas leis e exigências de empresas americanas. A desculpa para esta ingerência é que seriam exigências legais para a Petrobrás vender ações em Wall Street. Em outras épocas o PT chamaria isso de privatização.

Este controle imperialista sobre a empresa "nacional e estatal" caminha de mãos dadas com outras duas formas de privatização do petróleo: a associação da Petrobrás com as gigantes internacionais e empreiteiras nacionais para explorar o petróleo do pré-sal ou de outras províncias petrolíferas; e a associação ao mesmo tempo legal e criminosa da Petrobrás com gigantes capitalistas brasileiros e estrangeiros em suas obras, construção de navios e plataformas. É de todos estes contratos e da privatização da Petrobrás e do petróleo que nascem os bilhões da corrupção.

JPO: Qual a relação entre a Petrobrás, as empreiteiras, os partidos políticos e o governo?

Leandro: A Petrobrás ajuda a formar gigantes empresariais. Em troca, estes empresários ajudam os partidos legalmente (doações) e ilegalmente (corrupção, sobrepreços etc.). Essa ajuda é utilizada para formar blocos políticos que servem aos empresários e aos que controlam a Petrobrás. Esse sistema é parte da estrutura do Estado brasileiro, que ganha uma proporção enorme na Petrobrás pelo tamanho dos recursos que ela gera.

Claro que o governo de turno sempre é mais beneficiado. Mas essas empresas ajudam tanto PT como PSDB, já que querem lucrar e crescer independentemente de quem governe.

JPO: Por que só agora essa crise veio à tona? Quem pode se beneficiar com ela?

Leandro: Existe crise econômica e o governo petista está politicamente mais débil. A prisão de empreiteiros, ao prejudicar os negócios das empreiteiras brasileiras, pode vir a favorecer as empresas norte-americanas a entrarem no mercado brasileiro.

JPO: O que fazer para que tudo isso não termine novamente em pizza ou puna apenas alguns bodes expiatórios sem destruir a essência do esquema?

Leandro: Precisamos de uma investigação independente, conduzida pelos sindicatos, movimentos sociais, intelectuais. Não podemos confiar na CPI do congresso, onde o PT e o PSDB já fecharam acordo para restringir os políticos de ambos partidos que seriam convocados a depor, pois os dois têm o rabo preso. Uma investigação realmente independente só será possível se derrotarmos a posição chapa-branca dos sindicatos da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a falta de uma política efetiva por parte dos sindicatos dissidentes da Frente Nacional Petroleira (FNP), recuperando essa entidade como uma ferramenta de luta.

Precisamos lutar pela imediata publicidade on-line de todos os contratos, salários e benefícios: nós trabalhadores não temos nada a esconder. Com as informações públicas e disponíveis poderíamos, sem segredos, conhecer o alcance da corrupção que suga estes recursos do país.

Precisamos lutar pelo confisco dos bens dos diretores e gerentes da Petrobrás envolvidos neste esquema, bem como dos empresários e suas empresas. Este dinheiro confiscado deveria ser gasto imediatamente para impedir demissões, pois com a desculpa desta crise já ocorreram milhares de demissões nas empreiteiras que trabalham como terceirizadas nas plataformas e também nos estaleiros no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Os diretores da Petrobrás e as empreiteiras querem que os trabalhadores paguem pela crise. Não podemos aceitar.

Resultado da privatização da Petrobrás pelos tucanos

Esse sistema só vai acabar se conquistamos uma Petrobrás seja 100% estatal, com a estatização de todas as áreas leiloadas ou vendidas, sem indenização. As empresas que prestam serviço à Petrobrás também deveriam ser estatizadas ou incorporadas à Petrobrás. A única maneira de realmente defender a Petrobrás é impedir que o imperialismo e empresários nacionais tomem recursos que pertencem ao povo brasileiro. Precisamos derrotar a privatização e seu braço-direito, a terceirização. Não faz sentido, a não ser para enriquecer empresários e para corrupção, que existam essas empresas privadas parasitas da Petrobrás. Por que não organizar toda esta imensa capacidade produtiva sob uma mesma empresa, para que os recursos sejam gastos mais racionalmente, para desenvolver projetos a serviço da maioria da população? Isto passa pela incorporação dos terceirizados à Petrobrás. Chega de discriminação e divisão. Somos todos petroleiros. Só assim deteremos a corrupção, a privatização e mesmo garantiremos os empregos de milhares de brasileiros.

JPO: Mas adianta estatizar se a empresa seguir sendo administrada pelos governos capitalistas?

Leandro: Não. Precisamos de uma gestão operária da Petrobrás, através da eleição de todos os cargos de mando na empresa e sob o controle de assembleias de base com mandatos revogáveis e recebendo um salário igual ao de um trabalhador especializado. Os trabalhadores, em aliança com a população, é que deveriam decidir democraticamente os rumos da empresa.

Por uma política revolucionária dos trabalhadores

Construamos uma nova forma de fazer política a partir das greves e das ruas

É difícil enxergar uma política diferente desta que está aí, da que vemos todos os dias na TV e a cada dois anos nas eleições, feita por privilegiados e corruptos a serviço dos capitalistas, enquanto a maioria da população fica de fora. E é ainda mais difícil quando lembramos que o PT dizia fazer uma política distinta, representando os interesses dos trabalhadores e do povo, mas terminou fazendo parte do jogo tradicional.

Mas vamos imaginar o seguinte: os trabalhadores que estiveram na linha de frente das greves que sacudiram o país no último período e os jovens que saíram às ruas em junho de 2013 poderiam unir forças para influenciar nos rumos políticos do país com suas próprias forças? Como isso poderia acontecer?

Não por acaso é difícil visualizar essa possibilidade. As manifestações de junho mexeram com a estrutura do país, mas os que governam seguiram sendo os mesmos. As greves mostraram uma enorme combatividade e criatividade de amplos setores da classe trabalhadora, mas não tiveram uma expressão política nas últimas eleições. Nenhum dos partidos da esquerda foi uma alternativa.

Encontro Lições de Junho, realizado em novembro de 2013

A nova forma de fazer política vem das greves e das ruas

Ainda que em proporções pequenas, nesses processos que estamos vivendo é possível encontrar as sementes de uma nova forma de fazer política. Os garis do Rio de Janeiro e os rodoviários de várias capitais se rebelaram contra a vontade de suas direções sindicais traidoras. Os metroviários de São Paulo fizeram a mais longa greve da categoria com piquetes mostrando sua força, apesar da política vacilante de sua direção. Os trabalhadores da USP em uma greve de 118 dias transformaram a luta salarial em uma batalha pela educação e saúde pública. Estas experiências da classe trazem lições pra avançar nesta nova forma de fazer política, pela base e a partir dos locais de trabalho, buscando sempre relacionar as demandas imediatas com os problemas mais profundos do país, que foram os que emergiram das ruas em junho de 2013.

Os trabalhadores da USP e os garis do Rio só puderam vencer em suas lutas porque confiaram em suas próprias forças e construíram uma forma de organização verdadeiramente democrática, com representantes eleitos pelas reuniões nos locais de trabalho, revogáveis pelos que os elegeram, e assembleias gerais onde tudo era decidido. Essa forma de organização é a semente de uma nova política porque é assim que a sociedade deveria se organizar. Generalizada em todo o país, essa seria a forma mais democrática possível de exercício do poder. As manifestações de junho de 2013 mostraram que se o povo sai às ruas unido em torno de um propósito é possível vencer. O triunfo só não foi muito maior do que a redução das tarifas porque as direções dos sindicatos não convocaram greves e manifestações operárias simultaneamente aos grandes atos, unindo as demandas e a mobilização dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre.

Obstáculos contra uma política verdadeiramente dos trabalhadores

Nas últimas eleições, o enorme desgaste do PT no governo teve como resultado o fortalecimento eleitoral da oposição de direita tucana. Muitos jovens trabalhadores que se fizeram conscientes já com o PT no governo não viveram o que foi o neoliberalismo nos anos 1990 pelas mãos do PSDB. Os tucanos buscam aparecer com uma cara de "renovação" escondendo suas bandeiras de direita.

O PT, por ter tomado para si muitas das bandeiras que sempre foram do PSDB, não tem moral para combater a oposição de direita por fora das polarizações discursivas em momentos eleitorais, permitindo que se recomponham sempre. A construção de uma nova força política que seja verdadeiramente dos trabalhadores precisa assumir para si a tarefa de um verdadeiro combate à oposição de direita através da mobilização direta dos trabalhadores e da juventude contra suas bandeiras reacionárias, e não apenas através das palavras.

O PT surgiu de dentro das greves de fins dos anos 1970 e durante os anos 1980. Mas Lula, nas poderosas assembleias dos metalúrgicos do ABC, que sacudiram as bases da ditadura militar, pedia para que os trabalhadores mantivessem sua greve nos marcos das reivindicações salariais e não se voltassem contra o poder político da ditadura. Essa separação, que marcou toda a trajetória do PT, sempre foi funcional à construção de um partido onde os trabalhadores são apenas massa de manobra para ganhar votos. Se os trabalhadores não forem os sujeitos da política com suas próprias mãos, superando essa tradição do PT, nunca surgirá uma verdadeira política dos trabalhadores.

Atualmente, o PT, apesar de fazer algumas concessões e com isso se

colocar como o representante dos mais pobres contra a elite que apoia o PSDB, através da influência que exerce sobre a maioria dos sindicatos e movimentos sociais, impede os trabalhadores de lutarem por suas verdadeiras demandas. Com o argumento de que qualquer questionamento pela esquerda ao PT favorece a oposição de direita, os petistas sempre buscam paralisar e desmoralizar as lutas dos trabalhadores.

Muitos setores da esquerda legitimam essa prática petista, como, por exemplo, os parlamentares do PSOL, que terminaram chamando o voto em Dilma e vêm defendendo a "governabilidade" da nova presidenta contra a direita.

Batalhar para que os trabalhadores façam política com as próprias mãos significa convencê-los de que, se não construirmos uma alternativa pela esquerda ao PT, que combata as "versões petistas" das bandeiras tucanas, que defenda as demandas que emergiram nas ruas em junho e nas greves, todo desgaste que o PT sofrer vai ser capitalizado pela direita.

Uma esquerda que não confia na força dos trabalhadores

Luciana Genro e o PSOL buscam se colocar como uma alternativa pela esquerda ao PT. Mas trata-se de uma alternativa que repete os mesmos erros do PT em ritmo acelerado. É isso que vemos ao receberem dinheiro dos capitalistas nas eleições, ao governarem como os petistas na capital do Amapá, ao entrarem no "vale tudo" para ganhar projeção midiática e se eleger (inclusive se aliando com o PT e outros partidos capitalistas). A luta para que os trabalhadores sejam sujeitos da política com suas próprias mãos exige que mostremos como as tentativas de repetir o que foi a experiência do PT levam a um beco sem saída.

O PSTU tenta se colocar como uma alternativa de esquerda mais ligada aos trabalhadores, utilizando a influência que tem em alguns sindicatos. Entretanto, apesar de dirigir importantes sindicatos como o dos metroviários de São Paulo e dos Metalúrgicos de São José dos Campos (neste caso há mais de 30 anos), nunca foi capaz de potencializar a força dos próprios trabalhadores como alternativa política. A construção do seu próprio partido está desvinculada da batalha pelo desenvolvimento da auto-organização e, ao invés de apostar na mobilização dos trabalhadores para além das questões sindicais de cada categoria, busca construir oposições políticas através de alianças oportunistas "por cima" (às vezes com os burocratas da CUT, outras com Paulinho da Força Sindical, outras com o PSOL).

Greve dos metroviários

Construir uma política dos trabalhadores exige demonstrar na prática que os sindicatos podem e devem se colocar o objetivo de mobilizar suas bases para além das questões de cada categoria, e que o caminho para fortalecer essa perspectiva é o de unir os sindicatos e oposições sindicais em todo país num polo que amplifique nossa voz para nos dirigirmos ao conjunto da classe trabalhadora, do povo pobre e oprimido.

Uma nova política dos trabalhadores exige combater verdadeiramente os privilégios da casta política, defendendo que todo juiz, político, parlamentar ou funcionário de alto escalão ganhe o mesmo que um professor; e também exige combater os privilégios dos sindicalistas, defendendo que voltem a trabalhar "no chão da fábrica". Diferente da prática política do PSOL, cujos parlamentares se negam a renunciar aos privilégios de que gozam os demais políticos. E diferente do PSTU, cujos sindicalistas ficam anos e anos afastados do trabalho, "profissionalizados" pelos sindicatos.

É preciso lutar pela construção de um novo partido revolucionário no Brasil

Os trabalhadores e jovens que estiveram na linha de frente das jornadas de junho e das greves precisam ter algum espaço onde possam ser sujeitos políticos. É preciso reunir estes setores em uma nova organização política revolucionária que seja forte o suficiente para superar o PSOL e o PSTU, sendo um instrumento de luta na construção de um verdadeiro partido revolucionário de trabalhadores. Um partido capaz de enfrentar os patrões, os governos, o imperialismo e os dirigentes sindicais traidores.

Um partido que construa uma nova tradição de militância no movimento operário, para a qual aportamos a tradição que construímos no Sintusp, não só pelos exemplos de auto-organização e combatividade que a partir daí contribuímos para forjar, mas também implementando na prática uma nova forma de sindicalismo, na qual o diretor Marcelo (Pablito) voltou a trabalhar no restaurante universitário depois de um período liberado para as atividades sindicais.

Assembleia do fim da greve dos trabalhadores da USP

Um partido que se constitua como parte de uma corrente internacional que unifica os trabalhadores em todos os países em uma mesma perspectiva revolucionária. Uma corrente internacional que tenha como referência o parlamentarismo revolucionário praticado pelo Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS) na Argentina, onde o deputado federal Nicolás del Caño e o deputado estadual Christian Castillo colocam seu corpo junto os operários em suas mais duras batalhas, sendo reprimidos pela polícia junto com eles; e ecoam no parlamento as demandas dos trabalhadores. Deputados esses ficam apenas com o salário de um professor e colocam todo o restante de seus salários e benefícios a serviço das lutas populares.

Deputado federal Nicolás del Caño é atingido por 7 balas de borracha em piquete dos operários em Lear

Desde as jornadas de junho viemos impulsionando recorrentes Encontros para tirar lições dos processos mais avançados da luta de classes no país, buscando uma perspectiva revolucionária. Construímos hoje o Movimento Nossa Classe que se baseia nestas lições pra buscar ser uma alternativa de militância desde a base nas fábricas, escolas e locais de trabalho, com uma política de independência de classe e que contribua na unidade da classe trabalhadora em sentido revolucionário. Impulsionamos, ao mesmo tempo, o site Palavra Operária com atualizações diárias que tratam das principais questões políticas, econômicas, internacionais e culturais de interesse dos trabalhadores, contribuindo para uma leitura de esquerda da realidade, para que os trabalhadores possam se apropriar destas ideias e tomar este site como uma ferramenta de difusão de sua atividade política e suas denúncias.

Não podemos aceitar passivamente essa legislação antidemocrática que impede os lutadores de se expressarem politicamente. Os jovens que estiveram na linha de frente das jornadas de junho, os trabalhadores que sacudiram o país com suas greves, o movimento de moradia, os sem-terra, todos esses setores são proibidos por lei de constituir lançar candidatos próprios para defender suas ideias de forma independentes dos partidos que aí estão. Precisamos lutar para que todas as associações de trabalhadores, jovens e movimentos sociais e democráticos possam se constituir como um partido legal, impulsionando uma ampla campanha para conquistarmos esse direito.

Chamamos os trabalhadores e jovens que vêm travando distintas batalhas junto conosco, que simpatizam com nossas ideias e que constroem o Movimento Nossa Classe a tomar para si o site e o jornal Palavra Operária como ferramentas para a construção de uma nova organização revolucionária.

Mais de 200 trabalhadores no 1º Encontro Nacional do Movimento Nossa Classe

O Encontro contou com mais de 50 trabalhadores da USP, e também da Unesp e Unicamp; mais de 40 metroviários e uma forte delegação dos carteiros de Cotia, que estavam em greve naquele momento. Ainda estavam presentes mais de 50 professores da rede pública dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; bancários de São Paulo; metalúrgicos do ABC, de Campinas e de Contagem; operários da indústria alimentícia de Osasco e outras categorias.

Um dos pontos altos do Encontro foi com certeza a presença de Fábio Roberto, conhecido como "Robin Hood" da água por ter fugido com um caminhão-pipa para levar água a um bairro que estava sem abastecimento em São Paulo. Outra valorosa presença foi a do companheiro Silva João, trabalhador do metrô a mais de 35 anos, um dos 42 demitidos pelo governo Alckmin após a greve de junho – que apesar de não ser do movimento Nossa Classe, fez uma importante saudação no nosso Encontro.

Mesa de abertura

A mesa de abertura foi coordenada pela companheira Diana Assunção, diretora do Sintusp e linha de frente da grandiosa greve dos trabalhadores da USP que venceu o governo do estado e a reitoria após 4 meses de incansável luta. Falaram na abertura a companheira Vilma, trabalhadora do bandejão da USP; Silvana, da greve dos terceirizados da limpeza da USP da empresa Dima de 2005; Marília, trabalhadora da HU da USP; Isaias, carteiro de Cotia; Regiane, professora precarizada da rede pública de Campinas; o companheiro Silva João do metrô; França, trabalhador da manutenção do metrô de São Paulo; Leandro Lanfredi, petroleiro do Rio de Janeiro e candidato na chapa "União na luta" de oposição no sindipetro Caxias e por fim o companheiro Brandão, demitido político da USP e diretor do Sintusp, encerrou os trabalhos de abertura.

O companheiros Fábio Roberto fez um emocionante relato de sua solidariedade ao fugir com um caminhão pipa com 16 mil litros de

Fábio Roberto, "Robin Hood" da água

água para levar aos moradores que sofriam com a falta de água do bairro Jardim Novo Pantanal. Além deste seu relato, o "Robin Hood" da água demonstrou sua crença de que só se pode construir uma verdadeira nação brasileira pelas mãos dos trabalhadores de norte a sul deste país.

Os companheiros garis do Rio de Janeiro que estiveram no Encontro de fundação do Movimento Nossa Classe, infelizmente não conseguiram estar presentes neste Encontro, mas mandaram uma calorosa saudação ao Movimento Nossa Classe por vídeo. O professor e juiz do trabalho Jorge Luiz Souto Maior também enviou saudação colocando seu apoio ao movimento e dizendo que estaria sempre lado a lado conosco nas lutas. Saudou também nosso Encontro o companheiro Gilson Dantas, militante revolucionário desde a década de 60, preso político da ditadura. Enviaram ainda saudações ao nosso Encontro as companheiras em luta pelos postos de trabalho das fábricas Lear e Donneley da Argentina.

As falas na mesa de abertura denunciaram as condições precárias de trabalho das mais diversas categorias, resgataram as lições das últimas greves e movimentos da classe trabalhadora e apontaram os desafios do resgate de uma tradição classista e anti-burocrática no seio do movimento operário brasileiro. Brandão denunciou a falta de alternativa que estava colocada nas últimas eleições, que tanto Dilma quanto Aécio iriam atacar os trabalhadores para manter os lucros dos patrões e a necessidade de nos organizarmos contra esses ataques.

Discussões e resoluções

Entre as mais importantes discussões nos GD e as resoluções finais (veja também página ao lado), votamos que desde a posição classista que construímos no Movimento Nossa Classe, levaríamos afrente as demandas populares levantadas em junho em defesa dos serviços públicos, colocando a única possibilidade de garanti-los à população por meio da estatização e controle operário dos serviços como transporte, saúde e educação e também das companhias de tratamento e distribuição da água.

Passadas as eleições, discutimos que o cenário seria de ajustes e ataques à classe trabalhadora, como já vem se mostrando. Assim, resolvemos seguir aprofundando nossa atuação em base às lições das fortes greves deste ano propondo à CSP-Conlutas e às Intersindicais, bem como às oposições sindicais, aos garis, rodoviários e todos os trabalhadores que protagonizaram lutas anti-burocráticas, a realização de um Encontro de milhares de trabalhadores de todo o país que vote um plano de ação para resistir aos ataques e lutar por nossas demandas e a luta para arrancar os sindicatos das mãos da burocracia para transformá-los em ferramentas de luta.

Votamos ainda uma campanha contra a casta política parasitária que governa o país a serviço dos patrões. Resolvemos impulsionar uma grande campanha para que todos os políticos, juízes e funcionários de alto escalão sejam revogáveis e ganhem o mesmo salário que um professor da rede pública, e que o salário docente e de todos os trabalhadores seja igual ao salário mínimo do DIEESE (hoje, R$ 3079,00).

Resolvemos ainda levantar grandes campanhas pelas questões democráticas, contra o machismo, o racismo, a homofobia, a transfobia, a xenofobia, o preconceito aos nordestinos e as redes de tráfico de mulheres e crianças, o genocídio ao povo negro.

Como resolução ainda reiteramos as campanhas que já viemos construindo anteriormente, como a luta pela readmissão de todos os metroviários demitidos por fazerem greve e também a luta em defesa do HU da USP.

Votamos a formação de uma coordenação nacional do Movimento Nossa Classe, que de imediato dê encaminhamento às resoluções, que coloque de pé essa corrente nacional pautada na luta de classes, combatendo o corporativismo arraigado no sindicalismo brasileiro, construindo uma nova tradição classista, com independência de classe, que lute pela retomada dos sindicatos para as mãos dos trabalhadores e coloque em xeque essa sociedade de exploração e opressão.

REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS

"Magrão" defende encontros de base dos trabalhadores

Em reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas ocorrida nos dias 28, 29 e 30 de novembro, Danilo Magrão, professor da rede pública de São Paulo e integrante do Movimento Nossa Classe, defendeu uma proposta de resolução por um Encontro de base dos trabalhadores para organizar a luta:

"A composição do novo ministério de Dilma já é uma confirmação dos ataques e ajustes que virão aos trabalhadores. O ano de 2015 será marcado por uma política de austeridade e ajustes para que os trabalhadores paguem a conta da crise capitalistas que agora chega com mais força ao Brasil. Para implementar essas medidas, os governos contam com a burocracia sindical da CUT, CTB e Força Sindical para servir como correria de transmissão desses ataques.

A CSP-Conlutas precisa reivindicar para si a verdadeira bandeira de defesa do emprego, dos salários e dos direitos. Necessitamos ser a ponta de lança da mais ampla unidade de ação contra esses ataques dos governos, inclusive para desmascarar a direção dessas centrais pelegas.

Desde já é necessário soltar um amplo chamado para um encontro que construa uma unidade entre as organizações de esquerda, e junto à base dos trabalhadores que se radicalizam, como garis e rodoviários, para formular um programa com independência de classe que realmente defenda nossos direitos.

Por isso, achamos que a CSP-Conlutas deve convidar as Intersindicais, os movimentos sociais, os trabalhadores que protagonizaram as lutas antiburocráticas esse ano, bem como os movimentos sociais que compartilham com esses objetivos, para construir encontros nacionais e estaduais que preparem uma forte luta pela demanda dos trabalhadores e população, contra os ataques dos governos".

Cacau, membro da Secretária Executiva Nacional da Conlutas e militante do PSTU, defendeu contra a proposta afirmando que o conteúdo da proposta já estava na resolução sobre análise de conjuntura, se opondo à realização do chamado ao encontro, já que seria necessário esperar para caracterizar a possibilidade de dialogar com setores de trabalhadores que surjam ano que vêm contra os ataques dos governos.

A proposta foi suprimida, ainda que diversos delegados votaram a favor da nossa proposta ou se abstiveram. Assim, o PSTU, como direção majoritária da central, se colocou como um obstáculo para que a Conlutas cumpra um papel de vanguarda na organização dos trabalhadores, jovens e movimentos populares combativos desde o início de 2015, apesar de todos os sinais do novo governo Dilma já apontam para importantes enfrentamentos que exigem essa preparação desde o início do ano.

A política da CUT de impulsionar um movimento em defesa da "governabilidade" do novo mandato de Dilma, para o qual tem atraído inclusive o PSOL e o MTST, exigem que a Conlutas reveja essa postura para que possa se colocar como uma alternativa desde já. A partir do Movimento Nossa Classe, seguiremos batalhando por isso.

AVANÇAM OS PLANOS DE FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

CUT e novo governo

Por Leo Andrade

Nas últimas semanas, foram divulgados pela imprensa reuniões entre o governo e as direções das centrais sindicais onde estão em negociação a implementação de medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas.

Trata-se do chamado Programa de Proteção ao Emprego, que já vem sendo discutido há algum tempo. Este busca utilizar em uma escala muito maior o que os trabalhadores já conhecem como "lay-off" (que são as suspenções temporárias do contrato de trabalho). A ideia é importar um modelo alemão de medidas anti-crise na indústria para momentos de queda na economia. Vendendo gato por lebre, a burocracia cutista quer defender os lucros patronais dizendo defender o emprego.

O projeto diz que em momentos de crise econômica, ao invés de demitir, as empresas devem implementar a redução da jornada de trabalho com redução salarial. A verdade é que isso não só desafogaria o gasto patronal com o pagamento regular dos salários, mas também evita um alto custo que teriam com as demissões e pagamento de indenizações. E ainda, em uma possível recomposição econômica, permite que os empresários não tenham que arcar com os altos custos de recontratação de mão de obra e treinamento de pessoal. Além disso, poupa um gasto altíssimo do governo com seguro desemprego em momentos de demissões massivas.

Esse projeto reforça a necessidade urgente de encontros de base entre os trabalhadores dos sindicatos e oposições sindicais independentes do governo e da burocracia sindical prepararem a luta contra os ataques que já começaram a ser implementados pelo novo governo. Tarefa essa que deve ser encabeçada pela CSP-Conlutas e as Intersindicais.

Brandão propõe um plano emergencial para enfrentar a crise da água

1) Precisamos colocar os sindicatos a serviço de uma luta unificada da classe trabalhadora em aliança com o povo pobre dos bairros mais atingidos.

2) Que o lucro dos capitalistas da água e das empresas poluidoras seja totalmente revertido para solucionar a crise.

3) Interrupção imediata de todos os recursos que os governos destinam ao pagamento de juros aos banqueiros e subsídios fiscais aos empresários, destinando essas verbas para solucionar a crise da água.

4) Nenhuma demissão pela falta de água! Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários para manter os empregos à custa dos lucros patronais.

5) Implementação imediata um plano de obras públicas para providenciar uma rede de poços artesianos nos bairros pobres, despoluir nossos mananciais, construir novos sistemas de abastecimento e tratamento, administrados pelos sindicatos e associações de bairro.

6) Efetivação imediata de todos os terceirizados da Sabesp e contratação demais funcionários para estancar imediatamente o desperdício de 40% da água das encanações.

7) Estatização de todas as empresas de coleta, tratamento e distribuição de água, colocando-as sob a administração dos trabalhadores que as fazem funcionar em aliança com a população de cada região.

Por um movimento negro independente dos governos e dos patrões

Aqui constam trechos da declaração que publicamos para o dia 20 de novembro. Leia a declaração completa no site www.palavraoperaria.org

Thiagão, do Movimento Nossa Classe:

"O lado mais proletário das manifestações de junho de 2013, da juventude que cortava as rodovias na periferia de São Paulo e Brasília, que descia os morros e favelas no Rio e em Belo Horizonte integrando os destacamentos mais combativos contra a violência policial, era negro. Negra é a cor da maioria dos que retomaram a luta histórica por moradia e que sacudiram o país com os "rolezinhos" nos shoppings centers. É preta a cor da maior parte dos operários que se levantaram nas greves da construção civil, dos garis e dos rodoviários que sacudiram o país.

Mas o movimento negro precisa se colocar à altura dessa disposição de luta. Ao invés de pensar como organizar essa criatividade e essa combatividade para lutar junto com os trabalhadores que vêm protagonizando a maior onda de greves dos últimos 20 anos para lutar contra o racismo e pelas demandas de todo o povo negro, a maioria das organizações negras que existem se contentam com as políticas de ações afirmativas, que são muito parciais e atingem apenas uma pequena parcela da população.

Precisamos de um movimento negro independente dos governos e dos patrões para poder recuperar a luta pelas demandas de todos os negros e não de uma minoria. Um movimento que se proponha a aprofundar o caminho das manifestações de junho e das greves para lutar verdadeiramente pelo fim da opressão racial."

Marcelo (Pablito), diretor do Sintusp:

Precisamos construir uma alternativa ao movimento negro que toma as ações afirmativas como um fim em si mesmo, que segue a reboque do governo, que vive cooptado pelas ONGs ou que se perde nas discussões da academia e do culturalismo afrocentrista. A recomposição das forças da classe trabalhadora que temos visto em cada greve, onde os negros e negras têm cumprido um papel protagonista, são o combustível para colocar de pé essa alternativa.

Nós, negros que estamos na linha de frente dos sindicatos e oposições sindicais que hoje são independentes do governo e da patronal precisamos unir forças para organizar trabalhadores e jovens negros resgando as melhores tradições da história de lutas de nosso povo. Unifiquemos forças para resgatar o exemplo de combatividade de Zumbi, que nunca caiu no canto de sereia dos inimigos

como Ganga Zumba; do anti-imperialismo dos haitianos que venceram o exército de Napoleão e emanciparam seu país; da moral dos Panteras Negras que nunca se contentaram com as ações afirmativas.

Em São Paulo, a Secretaria de assuntos da discriminação racial do Sindicato dos Metroviários e a Secretaria de Políticas anti-racistas do Sintusp têm um papel especial a cumprir nesse sentido. Chamamos os companheiros que integram essas secretarias a unirmos nossas forças, buscando nos aliar com os negros e negras dos demais sindicatos e oposições sindicais da cidade, e a partir daí lutarmos para nos ligar aos negros e negras das bases dos sindicatos e movimentos sociais governistas.

Marcela, da Juventude Às Ruas:

Infelizmente temos uma esquerda no país que tem a coragem de defender o seriado "O Sexo e as Negas" veiculado pela Rede Globo, como fez recentemente o deputado Jean Wyllys do PSOL. É uma vergonha, pois esse seriado reproduz a cultura da mulher negra como objeto sexual que prima em nossa sociedade. Abaixo o culto ao turismo sexual e às redes de tráfico de mulheres que vendem o corpo das mulheres negras como mercadoria!

Muitos trabalhadores e jovens votaram em Luciana Genro por causa do enfrentamento dela contra as reacionárias posturas de Levy Fidelix em relação aos homossexuais nos debates de TV. Ao invés de transformar esse apoio em organização e mobilização independente de trabalhadores e jovens para combater o racismo, a homofobia e o machismo, o PSOL presta esse serviço à Rede Globo.

Precisamos de uma esquerda que batalhe no dia-a-dia para que os sindicatos e entidades estudantis e populares tomem para si a luta contra todas as formas de opressão, pois as classes dominantes precisam reproduzi-las para nos dividir e nos explorar melhor.

Francielton, metroviário do Movimento Nossa Classe, delegado sindical e cipeiro do pátio Jabaquara:

Nós, negros e negras, somos sempre os setores mais explorados e oprimidos da sociedade. Para que cada negro e negra possa encontrar o caminho livre para se colocar na linha de frente da luta pela emancipação de si mesmo e de seus iguais, precisamos construir formas de organização verdadeiramente democráticas no movimento operário.

Devemos seguir o exemplo dos trabalhadores da USP, que durante sua greve construíram um comando de representantes eleitos com mandatos revogáveis em cada local de trabalho e tinham assembleias com microfone aberto, onde qualquer podia colocar suas propostas. Essa forma de organização, onde cada trabalhador de base está convocado a participar cotidianamente da direção do movimento, foi fundamental para que eles pudessem ser mais unidos e vencer.

Depois da greve, os trabalhadores da USP mudaram seu estatuto para ampliar o Conselho Diretor de Base, que para eles é uma instância superior à diretoria do sindicato (diferente do sindicato dos metroviários, onde o conselho de base não tem poder decisório). Essa democracia favorece a representação dos mais oprimidos. Não por acaso, as secretarias da mulher e de luta contra o racismo do Sintusp acabaram de ganhar uma nova força.

É o que faltou em nossa greve do metrô para potencializar a enorme combatividade e criatividade demonstrada pelos metroviários. E é o que falta para construirmos uma secretaria de negros e negras que seja uma referência para o conjunto do movimento negro e para outros sindicatos.

As batalhas dos trabalhadores da USP

Após dois meses do final da histórica greve de 118 dias dos trabalhadores da Universidade de São Paulo alguns passos já foram dados pela Reitoria no sentido de responder à crise financeira descarregando ataques contra os trabalhadores, a educação e a saúde públicas da população. Entrevistamos "Pablito", diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP para sabermos quais os movimentos que os trabalhadores da USP estão dando para resistir a esses ataques e responder ao projeto de elitização e privatização que o governo de São Paulo tenta há anos impor pela via da burocracia universitária contra a educação superior.

Jornal Palavra Operária: Quais as principais batalhas que estão colocadas para os trabalhadores da USP?

Pablito: Em primeiro lugar é preciso lembrar que ganhamos uma importante batalha da Reitoria que queria impor o congelamento salarial, privatizar o Hospital Universitário e, especialmente, destruir a organização dos trabalhadores da USP com a mesma intenção que o governo de São Paulo teve ao impor uma derrota aos metroviários. Estancamos essa tentativa, porém muita coisa se mantém pendente.

Há mais de 20 anos o governo do PSDB vem mantendo o mesmo repasse insuficiente de verbas para as Universidades enquanto as mesmas camarilhas burocráticas dos membros do Conselho Universitário controlam essa verba a serviço dos seus interesses privados e sem prestar contas para a população. Esta colocada a tarefa de exigirmos o aumento de verbas para as Universidades com a democratização da sua estrutura de poder, eliminando esse Conselho Universitário corruptivo e corruptor, cheio de donos de Fundações privadas e empresas terceirizadoras e substituindo por um governo dos três segmentos da Universidade com a participação e controle dos trabalhadores e da população.

Temos que denunciar também que a burocracia universitária quer solucionar a crise financeira atacando a população. Desvincularam o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC/Centrinho) e querem desmontar o Hospital Universitário. Com o congelamento de contratações e o impedimento dos plantões médicos, o HU fica cada vez com menos estrutura para atender todos os casos da região oeste, que já sofre com o déficit de 7 Unidades Básicas de Saúde (UBS). No ultimo mês já foram fechados os ambulatórios de pediatria e ortopedia do HU. No Centro de Saúde-Escola Butantã (CSEB), que a Reitoria está tentando desvincular da Universidade, a falta de enfermeiras faz com que mais de 1.000 mulheres estejam na fila para o exame do Papanicolau, podendo adquirir câncer do colo de útero pela falta de um atendimento básico! Tudo isso se agrava mais com a medida de implementação de um Plano de Demissão Voluntária (PIDV) pela Reitoria para diminuir em quase 15% o número de funcionários, precarizando a saúde do trabalhador e o atendimento à população, aumentando a sobrecarga de trabalho e os riscos de acidentes e negligenciando a boa formação dos estudantes!

JPO: Após a greve o SINTUSP votou uma medida de ampliação do seu Conselho Diretor de Base (CDB). Qual foi a importância dessa medida?

Pablito: A principal conquista da última greve e elemento fundamental para responder esses ataques foi o fortalecimento da organização dos trabalhadores.

Agora, depois da greve, era necessário manter esse ativismo e esse avanço na organização de base. E foi isso que o SINTUSP fez ao aumentar o número de representantes no CDB por unidade. Além de eliminar a sobre-representação de unidades com poucos filiados, garantiu a incorporação e participação de um setor novo que despontou durante a greve e uma maior representação das unidades, ligando o sindicato ainda mais com a base da categoria, fazendo deste ainda mais uma verdadeira ferramenta política para cada trabalhador. No mesmo sentido vem o fortalecimento das secretarias do Sindicato sendo as atividades de Políticas anti-racistas e o V Encontro das Mulheres Trabalhadoras da USP consequência dos debates e combates ao racismo, machismo, homo e transfobia realizados durante a greve.

JPO: A Reitoria está tentando jogar a população contra os trabalhadores através da discussão dos super-salários. Qual a sua opinião sobre isso?

Pablito: É importante lembrar que a publicação dessas informações é consequência da pressão de nossa greve e da denúncia que fizemos dos altos salários da burocracia universitária. Tanto é que boa parte da remuneração daqueles que recebem altos salários são verbas de gabinete dos representantes dos interesses do governador na Universidade. Precisamos denunciar que a divulgação dos salários não significa transparência. Onde estão os dados sobre os valores das licitações com empreiteiras, indústrias farmacêuticas e químicas, empresas terceirizadoras e Fundações, que só favorecem as negociatas entre a burocracia universitária e os empresários?

A mídia também tenta se apoiar no fato da maioria da população do país ganhar uma miséria com o salário mínimo de R$724,00 para apresentar como absurdo o valor do salário dos trabalhadores da USP. É tarefa dos trabalhadores lutarmos pelo salário mínimo do DIEESE como piso para todos os trabalhadores, inclusive os 2.400 trabalhadores efetivos que ganham menos que isso e os mais de 5.000 terceirizados da USP, defendendo sua efetivação imediata.

JPO: Qual o plano e luta deve ser levado adiante na USP, mas também em outras categorias?

Pablito: Acho que além desses exemplos de democracia operária que o SINTUSP deu durante a greve e com a ampliação do seu CDB, os métodos de luta contra o PDV e o desmonte dos Hospitais Universitários que incluem paralisações, como as que realizamos dia 26/11 e 03/12 para garantir a negociação da pauta específica ainda pendente, são lições fundamentais para que todas as categorias possam enfrentar os patrões e governos e tenham a possibilidade de vencer! Não podemos esquecer também que nenhum companheiro nosso fica pra trás, e assim como se mantém a campanha pela reintegração de Brandão, demitido político do governo do Estado, é necessário acabar com todos os processos em curso contra estudantes e trabalhadores das estaduais paulistas e reintegrar os 42 metroviários demitidos pelo Geraldo Alckimin.

Além dessas lições, estamos diante da onda de greves mais importante da última década e temos pela frente desafios enormes como os ajustes que virão pelas mãos do governo Dilma do PT, o aumento das tarifas que já se anuncia, demissões nas fábricas e, aqui no Sudeste, a barbárie da crise da água. Para isso é necessário que as centrais sindicais da esquerda, CSP-Conlutas, e as duas Intersindicais, bem como oposições e os setores que protagonizaram as mais importantes greves neste país, convoquem um Encontro Nacional de milhares de trabalhadores para discutir e votar um plano de lutas para resistir a estes ataques, para conquistar nossas demandas e para retomar os sindicatos das mãos das burocracias.

Essa foi uma das tarefas que discutimos enquanto Movimento Nossa Classe em nosso Primeiro Encontro Nacional e para o qual colocaremos todas nossas humildes forças em concretizar.

PROFESSORES SP

Governo Alckmin quer demitir 20 mil professores

Por Márcio Barbio, professor da Zona Norte de SP, e Danilo Magrão, professor de Campinas

A categoria de professores da rede estadual de São Paulo hoje é composta de aproximadamente 190 mil professores. Metade dos professores não são concursados, sendo 40 mil em contratos temporários mais precários, os chamados "Categoria O".

20 mil professores podem ser demitidos nesse fim de ano. Isso acontecerá pelo cruel mecanismo da duzentena, que significa que aqueles que tiverem seus contratos terminados no fim desse ano terão que cumprir obrigatoriamente um período de duzentos dias fora da rede estadual.

Após um ano ainda mais desgastante com um semestre mais longo por conta da Copa, ao invés do merecido descanso de fim de ano, serão 20 mil trabalhadores que estarão exaustos procurando empregos ainda mais precários para pagar as contas.

Destruição da escola pública

O governo do PSDB no estado de SP vem há mais de 20 anos implementando reformas de caráter neoliberal. Aprovação automática, fechamento de salas de aulas, principalmente no turno noturno, salários absolutamente arrochados, contratos precários e terceirização nos serviços são a realidade da escola pública. Um projeto que tem por objetivo único formar mão-de-obra barata para ser explorada no mercado de trabalho.

Efetivos, categoria f e o: todos no mesmo barco

A demissão de 20 mil professores atinge diretamente os categorias O, mas o conjunto dos professores sentirão os efeitos desse ataque. Manter parte da categoria com contratos precários e rotativos permite a flexibilidade que o governo necessita para fechar salas. O efeito disso é o aumento do número de alunos por sala, diminuindo a necessidade de ampliar o quadro de efetivos. Cada vez mais os professores efeitos são obrigados a compor sua jornada em diversas unidades de ensino e obrigados a dar aula em salas que chegam a 45 alunos, uma quantidade que impossibilita o mínimo de uma pratica pedagógica de uma educação digna e de qualidade.

A farsa do último concurso

Nesse cenário o governo do estado de São Paulo promoveu um dos maiores concursos da história da rede pública. Muitos se iludiram que essa seria a grande solução para resolver os problemas acima mencionados. De forma absurda, a atual direção da APEOESP declarava que essa era uma grande vitória. Em realidade vimos um efeito inverso. Dos quase 30 mil aprovados menos da metade foi convocada. Desses, muitos já exoneraram devido às péssimas condições de trabalho. Segundo pesquisa realizada ano passado, 3 mil professores exoneram por ano no estado de São Paulo devido a essa situação.

E os absurdos não param. Para o ano que vêm o governo pretende que esses professores remanescentes do concurso, ao invés de ingressarem como efetivos, comecem o ano atribuindo aulas como professores categoria O!

Direção da apeoesp joga contra os professores

A diretoria majoritária do sindicato (PT/PCdoB) não organizou nenhuma medida séria de luta durante todo o ano. Para amenizar a situação desastrosa, falam que através de medidas judiciais irão garantir as aulas para esses professores. Alimentam a ilusão de uma possibilidade jurídica, que não está garantida, despreparando a categoria para o enfrentamento e relegando aos professores a insegurança de não ter emprego no próximo ano.

Nossa categoria foi uma das poucas que passou o ano de 2014 sem entrar em greve, tivemos a mais longa campanha salarial da história, onde a direção todo mês convocava uma greve para o próximo mês, desmarcada na última hora. Não será diferente daqui pra frente, já que passada as eleições, a CUT já disse que vai colaborar com todo pacotão de ataques de Dilma que visa flexibilizar ainda mais nossos direitos. Assegurar nossos empregos só será possível com a organização independentemente dessa burocracia sindical.

Nossa corrente, Professores Pela Base, defendeu desde o primeiro momento que deveríamos entrar em greve, em especial durante a greve da prefeitura, mas em todos os momentos a atual diretoria procurou impedir qualquer mobilização.

Oposição não esteve a altura

A conivência de Bebel e sua diretoria com os ataques do governo é o que explica a situação atual. Mas as oposições não estiveram à altura de ser uma alternativa a milhares de professores. Não realizaram sequer uma medida que superasse a paralisia imposta pelo setor majoritário da APEOESP. O PSOL, que obteve 20 % dos votos, esteve completamente a reboque da direção, numa completa adaptação à burocracia sindical. A Oposição Alternativa, dirigida majoritariamente pelo PSTU, esteve paralisada por política desse partido, retrocedendo e não conseguindo ser alternativa real. Em cada assembleia, ao invés de um plano de ação unificado para enfrentar os ataques, com propostas concretas de mobilização, se limitaram ao papel de seguir o calendário sindical proposto pela burocracia.

Um programa para mobilizar e vencer

É preciso recriar uma nova pratica política em nossa categoria. É preciso resgatar a confiança em nossas forças como categoria, que se organize pela base em cada escola, que unifique professores efetivos, F e O, junto aos servidores, alunos e suas famílias. Que tenha uma prática e uma política que busque se ligar ao conjunto dos trabalhadores.

Barrar as demissões dos categoria O e garantir sua estabilidade é a tarefa imediata de todos os professores: não podemos deixar que o governo acabe com o Natal de 20 mil famílias. Esses professores devem ter o direito de atribuir aulas. Há que se acabar imediatamente com a quarenta, duzentena ou qualquer mecanismo que possibilite a demissão dos professores.

Junto a isso, para acabar definitivamente com essa situação, todos os professores com contratos precários devem ser imediatamente incorporados como funcionários efetivos, com todos os direitos, junto com a incorporação de todos os remanescentes do último concurso. Sabemos que há demanda, e com diminuição da quantidade de alunos por sala de aula não faltaria aulas para ninguém, melhorando a qualidade da educação pública.

Nós do Professores Pela Base e do Movimento Nossa Classe convocamos a todos para o ato contra a demissão dos 20 mil professores categoria O que ocorrerá no dia 5 de dezembro às 14h na Praça da República.

Balanço da greve dos correios de São Paulo

A greve foi controlada pela burocracia, a oposição foi passiva, mas começa a surgir uma alternativa da Nossa Classe

Por B., carteiro da Zona Oeste de São Paulo

A bronca dos ecetistas (ECT – Empresa de Correios e Telégrafos) só aumenta. Como se não bastasse o dia a dia pesadíssimo, a empresa tenta piorar ainda mais a situação, chegando a não arcar com compromissos já feitos. Se não fizemos ainda grandes lutas, foi devido à burocracia sindical dos correios, majoritariamente da CTB, que controla os sindicatos de SP e RJ. A oposição também não se apresenta como alternativa em que os carteiros tenham real confiança. Mais uma vez isso se mostrou na recente greve, mas o Movimento Nossa Classe agora atua organizado na categoria e começamos a construir uma alternativa.

A burocracia impôs novamente a divisão e queria apenas se relocalizar

A PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de 2013 deveria ter sido paga em maio desse ano, o que não aconteceu porque a ECT quis que fosse atrelado junto ao pagamento um acordo trianual da PLR. Desde então, negociações foram feitas entre empresa e as federações (FENTECT e FINDECT) sem chegar a uma solução, levando o caso ao TST que determinou a assinatura do acordo trianual e o pagamento da PLR até o começo de novembro, o que não aconteceu por parte da empresa. É neste cenário que o SINTECT-SP, dirigido pela burocracia da CTB (PCdoB), sem fazer grande agitação na base, puxou a greve que começou dia 13/11 e se encerrou dia 19/11.

Foi uma greve controlada pelo sindicato. O principal objetivo foi o de recuperar o prestígio perdido na base após mais uma traição escandalosa, agora na última campanha salarial, que enterrou a possibilidade de uma greve nacional. Nesta greve dos últimos dias foi possível novamente observar o resultado de anos da política traidora da CTB nos correios. Uma vanguarda ampla, que sempre foi conhecida por sua combatividade (o exemplo mais ilustrativo é o CDD Itapevi), se recusou a entrar em greve com os atuais burocratas na direção. A nojenta política da burocracia foi a de a todo momento nos discursos chamar esses setores de pelegos.

A greve se encerrou com um acordo entre a FINDECT (CTB) e a empresa, onde se determinou o pagamento da PLR até a primeira semana de dezembro e o acordo trianual da mesma. Foi acordada também uma comissão paritária para analisar o descredenciamento de hospitais devido à privatização do convênio médico. Com isso, a burocracia recuperou parcialmente seu prestígio, principalmente nos locais onde sua atuação é mais ativa, mas longe de ganhar a confiança da maioria dos carteiros.

A oposição em São Paulo está há décadas na categoria, mas não ganha confiança da base

Toda essa movimentação da burocracia foi feita ignorando a posição da FENTECT (onde atuam correntes de oposição, como o PCO e o PSTU), que continua a negociação, pois corretamente se nega a aceitar o acordo trianual da PLR e está convocando algumas assembleias, apesar de que aceitaram passivamente que a greve de SP tenha sido isolada pela burocracia. Esse é mais um episódio que mostra o quanto a divisão da categoria entre FINDECT (CTB) e FENTECT, feita pelos burocratas do PCdoB, é um câncer no movimento ecetista que deve ser combatido com todas as forças.

Infelizmente, as oposições não fazem uma política consequente para de fato combater os burocratas, o que só pode se dar organizando os carteiros de São Paulo na base para se levantarem de maneira organizada contra a burocracia. Em geral, se limitam a aparecer ativamente apenas no período de eleição sindical e se limitar a fazer falas como oposição em uma ou outra assembleia. Durante essa greve, ao invés de aproveitar o momento para incidir na base, o PCO (direção da FENTECT) sequer entrou nas assembleias (pratica recorrente) e ignorou por completo a existência da greve. O PSTU participa das assembleias de SP, mas é a passividade mais absurda, nunca chega organizando carteiros de base com uma política independente. A oposição da INTERSINDICAL que dirige o Sindicato de campinas se limitou a escrever uma nota denunciando a manobra da burocracia.

Começa a surgir uma nova alternativa de organização para a luta

Inversamente, na zona oeste da Grande São Paulo, através do Movimento Nossa Classe e junto a outros carteiros combativos da região, usamos a greve para mobilizar a base e articular diversas unidades. Denunciamos a burocracia, ao mesmo tempo em que colocamos a necessidade de lutar contra os ataques do governo e da empresa e que, por esse motivo, deveríamos parar e nos organizar, aproveitando a greve para avançar nessa organização. Com esse diálogo chegamos ao setor da vanguarda desmoralizada. Fizemos uma ampla campanha de cartazes do Nossa Classe de diversas categorias em apoio aos carteiros em greve. Agora, no pós-greve, temos feito a política de cristalizar a articulação dos diversos locais oriunda da greve para lutar contra os ataques, contando apenas com as próprias forças, em oposição à burocracia da SINTECT. Assim, estaremos melhor preparados para futuros combates. É com essa política totalmente diferente da lógica aparatistica usada pela oposição em geral, que pretendemos criar uma alternativa real à burocracia, assim como fizeram os garis de Irajá na preparação da histórica greve dos garis do RJ.

Fazemos isso para poder retomar o SINTECT-SP e poder acabar com o divisionismo na categoria. Só assim, com unidade, combatividade e a força da base, pode-se pensar em dar uma resposta de fundo para o problema dos ecetistas, que é a luta pela PLR atrelada ao salário, por melhores condições de trabalho, pela efetivação dos terceirizados, contra a privatização da ECT, que precisa ser 100% estatal e controlado pelos ecetistas e a população, única forma de garantir condições de trabalho dignas e um melhor atendimento para a população, impedindo a corrupção e os altíssimos salários de uma casta parasita que controla os correios e quer coloca-lo cada vez mais a serviço do lucro.

Campanha em solidariedade à greve dos Correios: Trabalhadores da Prefeitura da USP (acima), COSEAS (à esq.) e do Chile (à dir.)

UNICAMP

Chapa "O Fantasma da Liberdade" consolida mais um ano de centro acadêmico combativo e aliado aos trabalhadores.

Por Tatiane C. Lima e Fernanda Montagner, coordenadoras do CACH

Após uma grande campanha, nós militantes da Juventude ÀS RUAS estaremos novamente em 2015, junto a outros companheiros independentes, na direção do Centro Acadêmico de Ciências Humanas da Unicamp (CACH). Os resultados não deixam dúvidas, cresce o espaço às idéias revolucionárias e à ânsia pela transformação da universidade de classe em um pólo de conhecimento e cultura que sirva à população e aos trabalhadores.

O ano de 2014 foi um ano de recuperação da entidade, que esteve à mercê do abandono de consecutivas gestões sem atuação política, sem responder aos ataques da reitoria e do governo. Até mesmo em Junho de 2013 o CACH foi incapaz de ser alternativa de organização aos estudantes, graças ao imobilismo da sua gestão, à época dirigida por PSTU. Para esse ano de 2015 temos novos e maiores desafios: partir dos passos e experiências acumuladas para respondermos à "crise financeira" das reitorias e ao debate de privatização da universidade.

A disputa eleitoral

Durante o processo eleitoral competimos com uma chapa composta por membros do Juntos! (PSOL), que, por trás de uma política de priorizar os espaços dos estudantes, de revitalizar fisicamente o C.A, escondia uma concepção de entidade passiva, afastada dos principais processos de luta. Uma concepção que já mostrou sua falência, provando a profunda adaptação da esquerda reformista, que faz alianças com qualquer concepção, com o objetivo único de se manter na entidade.

Contudo, essa concepção foi negada pela maioria dos estudantes. Por 178 a 86, vencemos a disputa. Já o PSTU, que por cerca de dez anos disputou o C.A., como gestão ou sendo uma corrente importante no IFCH, após o fracasso de sua gestão em 2013, esse ano não conseguiu sequer formar chapa. Essa é a prova de que quando existe uma direção ativa que incentiva a politização e o debate, as distintas estratégias de direção do movimento estudantil podem ser testadas mais rapidamente pelos estudantes avançando em suas experiências. Ao contrário da pratica política de correntes como PSOL e PSTU, que quando dirigem uma entidade se afastam dos estudantes e acabam mantendo a apatia e a profunda adaptação ao regime Universitário, para também manter suas posições de forma conservadora dentro da entidade.

Essa pratica política buscamos superar. Basta de correntes que buscam dirigir o movimento estudantil para se auto construir por fora de organizar os estudantes desde as bases. Buscamos, mesmo num momento de relativa passividade da juventude universitária, fazer os principais debates nacionais, e nos ligarmos a cada estudante de sala de aula, através de assembléias e reuniões para manter o instituto rico de idéias.

O Fim do falso antagonismo entre vivência e política

Desde Junho 2013 a exigência da juventude por acesso a cultura e vivencia esteve sempre presente. As universidades, para impedir que essa politização adentrasse seus muros, vêm paulatinamente atacando os espaços de convívio e cultura. Além de fecharem cantinas, agora buscam punir legalmente as festas. Partimos do resgate da vivência como parte da vida política da universidade. A vivência é oposta ao projeto da Unicamp dos rankings internacionais e produção de patentes, na lógica produtivista contrária a qualquer espaço ou articulação independente dos estudantes.

Esse ano ocupamos nossa cantina, sob a organização dos estudantes.

Retomamos as festas, os saraus, apresentações artísticas e oficinas. Mais que isso, construímos o questionamento acerca das grades que separam a universidade da população de Campinas. Combinando atuação na universidade e na cidade a partir dos principais conflitos nacionais, como a intervenção nos protestos contra a Copa, e levando solidariedade ativa aos trabalhadores, como na greve dos Garis, do Metrô de São Paulo e das universidades estaduais paulistas.

Por anos vimos a esquerda tradicional se eleger em entidades em base a um falso discurso de dialogar com as pautas estudantis, mas que na realidade mantinha o corporativismo. Essa lógica de separar as pautas específicas da universidade do grande debate nacional impede que os estudantes saiam como sujeitos políticos levantando as demandas mais sentidas da população, conseguindo ser o eco organizado da luta por educação, transporte, saúde. Sem centros acadêmicos e diretórios centrais que se dêem essa tarefa, as ideias propagadas pela reitoria e governos tendem a se impor.

A luta por educação no ano dos ajustes

Discutir projeto de educação foi nossa maior tarefa. Enquanto o PT propagandeia a "democratização" do ensino, sabermos que apenas 14% da juventude tem acesso ao ensino superior, sendo a educação básica profundamente precária. Ano que vem, já se anunciam cortes na educação tanto do PT como do PSDB. Nesse sentido, segue sendo fundamental a defesa da educação de qualidade para toda a juventude pobre e negra.

Nos organizamos para desmascarar que o mesmo elitismo que nos restringe a permanência estudantil e o acesso da maioria negra à universidade, que mantém o vestibular, é o que desvaloriza os trabalhadores, congela seus salários e os divide entre efetivos e terceirizados. Enfrentamos a reitoria e o governo, por mais de cem dias em greve unificada, contra o governo do PSDB que paulatinamente vem tentando privatizar a Universidade e seu hospital. Vimos a reitoria e o governo derrotados na primeira batalha.

Nos organizamos em aliança com os professores da rede pública, e temos como desafio aprofundar essa ponte em defesa da educação, superando o abismo entre a universidade e as escolas. Queremos discutir nossos currículos, e a formação de professores, no marco de voltar a conhecimento da universidade para servir as necessidades e anseios da população pobre e trabalhadora, resgatando a história dos setores oprimidos, dos negros e LGBT.

A luta por entidades democráticas e combativas avança na USP

Por Guilherme Kranz

Em meio a uma importante crise instaurada na Universidade de São Paulo, e após uma das maiores greves que a Universidade já viu, diversas eleições para Centros Acadêmicos ocorrem. Nós, da Juventude ÀS RUAS e do grupo de mulheres Pão e Rosas, entramos nessas eleições com o objetivo de constituir fortes entidades estudantis que organizem os estudantes ao lado dos trabalhadores na luta contra a reitoria, o governo do estado e pela transformação do conhecimento à serviço dos trabalhadores. Participamos das eleições para Centro Acadêmico da faculdade de educação, do curso de Letras, de Ciências Sociais e de História.

Em cada curso levantamos um programa que partisse das demandas mais sentidas pelos estudantes (cortes de permanência, pesquisa, congelamento da contratação de professores e funcionários, desvinculação do Hospital Universitário, etc.) para um profundo questionamento da estrutura de poder que é responsável pela crise pela qual a universidade passa. É papel fundamental do centro acadêmico conseguir organizar os estudantes em torno de um programa que dê uma saída para a atual crise, através da abertura dos livros de contas da Universidade, de um processo estatuinte que acabe com a atual estrutura de poder arcaica e antidemocrática de forma a instaurar um governo composto pelos três setores da Universidade. Mas não paramos por aí. Uma entidade que não se proponha a combater o elitismo e o racismo dentro de uma universidade como a USP está fadada a girar em torno de si própria. Por isso defendemos cotas raciais proporcionais ao número de negros do Estado de SP (cerca de 36%), o fim do vestibular, filtro social que exclui os filhos de trabalhadores do acesso ao ensino superior, e a estatização das Universidades privadas.

Entramos nessas eleições também com uma concepção de entidade distinta das que as correntes da esquerda tradicionalmente reproduzem. Defendemos gestões proporcionais nos CA's, fazendo com que cada chapa seja representada dentro da gestão, tornando-a mais representativa e garantindo que as posições minoritárias possam ser expressas.

É papel do movimento estudantil, e portanto do centro acadêmico, fomentar o pensamento crítico na universidade, principalmente em cursos de humanas como os que atuamos. A maior parte do conhecimento produzido na universidade hoje é voltada aos interesses do mercado e pouco interessa à população que o financia através do ICMS (maioria trabalhadora do estado). A disputa ideológica da universidade é chave na transformação de uma sociedade capitalista para uma sociedade socialista, por isso defendemos desde já currículos pensados e construídos pelos estudantes junto aos trabalhadores.

Em meio a essa batalha, nos enfrentamos com o governismo (PT, PCdoB, PPL e LPJ) que durante a Copa do Mundo se silenciou diante das remoções de milhares de famílias, das mortes de operários na construção

de estádios e do enriquecimento das grandes empreiteiras, e com a esquerda tradicional representada pelo Juntos! (PSOL), RUA (PSOL) e pelo PSTU que abandonaram a greve que durou 4 meses mesmo dirigindo a atual gestão do DCE.

Na faculdade de educação travamos uma importante batalha em que o RUA, apoiado pelas correntes governistas, acabou vencendo a eleição. Se apoiaram fortemente no rechaço que existe no movimento estudantil para conformar uma chapa sem programa, que não responde à realidade nem da faculdade, nem da USP.

Semelhante coisa ocorreu nas eleições para CA na Letras e nas Ciências Sociais, em que o governismo se apoiou na despolitização e no refluxo do movimento estudantil para se manter em um CA corporativo.

No CA da faculdade de educação, a nossa chapa, Da Lama Ao Caos, obteve 123 votos contra 129 da chapa

PRAXIS (RUA e independentes). Na Letras a nossa chapa, Por Isso Me Grito, obteve 243 votos contra 354 da Ruído Rosa (LPJ e independentes) e 172 da Flores de Mandacaru (Juntos!, RUA e PSTU). Nas Sociais, tivemos 43 votos na chapa Da Ponte Pra Lá contra, 299 para a Motirõ (governismo) e 114 para a Irerê (Juntos!, RUA e PSTU). Na História, as eleições seguem e a chapa Pisa Ligeiro coloca a perspectiva de lutar por um movimento estudantil aliado aos trabalhadores e por entidades combativas.

Na Filosofia-UFMG os estudantes votaram pela continuidade de uma entidade militante

Por Francisco L. ,
Coordenador do CAFCA

A Chapa Outros Junhos Virão (independentes, Pão e Rosas e Juventude às Ruas) venceu as eleições do CAFCA. Mostra o que a burocracia estudantil petista quer esconder: os estudantes apóiam entidades militantes e democráticas! Nas eleições de 2013 derrotamos a chapa do PT, que abandonou o espaço na gestão proporcional que implementamos, se desmoralizando frente aos estudantes, nem formando chapa neste ano. Fortalecendo um projeto de Movimento Estudantil independente dos governos, reitoria e aliado aos trabalhadores.

Na UFMG organizamos os estudantes para ir às manifestações contra o aumento das passagens, contra a PM e a utilização do campus para a Copa, prestando solidariedade às greves através do comitê de solidariedade aos trabalhadores votado em assembléia e organizando atividades de combate as opressões.

Na próxima gestão levaremos a campanha pela abertura das informações sobre matrícula e currículo exigindo democracia (cada cabeça um voto) nas decisões do curso. A burocracia do departamento não concederá com facilidade nos exigindo mobilização. Também buscaremos fazer com que as secretarias se tornem referências como a de mulheres e LGBT. Na campanha mostramos como o questionamento dos problemas como: más condições da estrutura, produtivismo e falta de assistência estudantil reproduz e se aproveita das opressões da sociedade.

Organizar os estudantes para questionar o caráter da universidade, seu regimento herdeiro da ditadura, lutando pelo fim do vestibular, pelo fim da terceirização (e a efetivação dos terceirizados), pelo fim da estrutura de poder e para colocar a universidade a serviço dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos é o caminho para colocar o M.E como ator nacional, revolucionar a universidade e lutar pelas demandas de toda população, que Dilma, aliada à diversos setores reacionários, desde a campanha – e agora mostra nas ações – que não concederá.

Jogos Vorazes: a revolução na visão de Hollywood

Por Fernando Pardal

Há alguns anos a ideia de revolução cada vez mais deixa de existir apenas em livros de história e entre a esquerda, sendo capaz de suscitar paixão em amplos setores de explorados e oprimidos. Depois da Primavera Árabe, as manifestações da juventude e dos trabalhadores se espalharam como um rastilho de pólvora, e parece mais palpável a possibilidade de virar o mundo do avesso e tirar privilegiados e poderosos de nossas costas.

O filme "Jogos Vorazes - A Esperança" expressa um pouco esse novo espírito de época. Em Panem, uma sociedade onde a miséria é segregada em regiões denominadas "distritos", separados da classe dominante que habita a "capital", o filme mostra o despertar da ira dos que foram oprimidos em uma ditadura. A convergência entre o filme e os anseios dos que se levantam se mostra com os jovens de Hong Kong, que levantaram em suas manifestações símbolos do filme como bandeiras de luta. Muitos se entusiasmam e veem sua própria sede de mudança representada nas multidões da Rebelião, capazes de grandes sacrifícios por sua causa.

O que queremos destacar é como o filme se apropria do anseio revolucionário para subvertê-lo, transformando-o no seu contrário. A luta das massas exploradas dos distritos contra a capital é, logo de cara, tratada como uma questão a ser decidida, em grande medida, nas negociações entre a presidenta do Distrito 13, Coin (Juliane Moore), seu conselheiro Plutarch (Philip Seymour-Hoffman) e a protagonista-heroína Katniss Everdeen (Jennifer Lawrence). Ao abrigar Katniss no Distrito 13 após seu resgate dos Jogos, a presidenta Coin quer convencer a jovem a usar seu prestígio adquirido após sua dupla vitória no cruel "Reality-show" Jogos Vorazes, para incitar a guerra contra a Capital. Mais do que um programa, os Jogos Vorazes foram uma forma dos governantes da Capital imporem seu governo sobre os distritos, dividindo-os.

Os diálogos entre os mandantes do Distrito 13 e Katniss são bastante ilustrativos do tipo de ideia de revolução que o filme constrói, bem como a tentativa de filmarem uma "propaganda" da luta revolucionária com Katniss em um estúdio. Ao convencer Katniss a encarnar o Tordo, símbolo da rebelião, Coin e Plutarch esperam ganhar adesão popular massiva para enfrentar o presidente da capital, Snow. Ao não conseguirem a "espontaneidade" desejada na atuação de Katniss na propaganda, acabam optando por fazer uma gravação "ao vivo" no Distrito 8. A presença de Katniss em um precário hospital de guerra gera grande esperança nos feridos, mas também atrai a atenção do presidente Snow, que manda bombardear o hospital como um exemplo do que ocorrerá com quem se associar a Katniss. Em sua ira contra o bombardeio, Katniss fornece uma gravação mais autêntica para recrutar voluntários para a rebelião; que isso tenha se dado ao custo de centenas de vidas parece não ser muito relevante para os mandantes do Distrito 13 ou para a talentosa diretora do vídeo, uma jovem que fugiu da Capital para se juntar ao exército insurgente. O contraste entre os interesses e motivações individuais de Katniss, e os sacrifícios das massas da Rebelião é uma tensão permanente no filme, que, se fosse tratada de forma distinta, poderia dar outra perspectiva ao filme, se problematizasse o papel de "heroína" de Katniss.

A ideia de que a vitória de uma insurreição possa se dar pelo sucesso ou não de seu "marketing" casa muito bem com uma concepção que se procurou exaustivamente vender às massas após os primeiros levantes da Primavera Árabe: a de que os atos que derrubaram o regime de Mubarak e fizeram façanhas semelhantes em diversos países aconteceu de forma completamente espontânea, e devem sua vitória à organização possível apenas por eventos organizados no Facebook. Assim, se substitui o protagonismo das massas insurretas pelo das mídias digitais, como se elas, por si mesmas, fossem capazes de derrubar ditaduras instauradas há décadas. O acordo entre Coin e Katniss para dar às massas um Tordo que as conduza à vitória, independentemente de qualquer outra questão, reforça a ideia de que não são os explorados os verdadeiros protagonistas de suas lutas, mas sim os artifícios midiáticos de dois ou três "marqueteiros" bem preparados. Aqui, se vê como a falta de uma estratégia e um programa revolucionários cedem a um vazio que, na perspectiva dos dirigentes do Distrito 13, deve ser preenchida por uma "heroína".

Outro ingrediente clássico que é explorado exaustivamente no filme é o do motivo amoroso. Katniss, a princípio, concorda em liderar a rebelião apenas para tentar salvar seu amor, Peeta, que foi levado para a Capital. O tema da relação amorosa e da paixão, que leva Katniss a hesitar em decisões importantes, ou Coin a elaborar um arriscado plano de resgate, é um motivo que motoriza a luta revolucionária no enredo do filme muito mais do que o próprio sofrimento das massas nos distritos (suas greves são apenas citadas, seus rostos – majoritariamente negros – são apenas coadjuvantes).

No centro da trama está o indivíduo, o herói capaz de mudar o destino por suas capacidades singulares. É uma forma burguesa, por excelência, que coloca como sujeito da história o "indivíduo genial". Nisso, também, "Jogos Vorazes" adere à tradição dos blockbusters de ficção científica à qual pertence: como Neo em "Matrix" ou Luke Skywalker em "Guerra nas Estrelas". O personagem que, movido pelo amor, toma a causa da luta coletiva em suas mãos, encontra um paralelo em Han Solo, que se junta à luta contra o Império graças à sua paixão pela Princesa Léia. No lado do "mal" e da "tirania" também não são coletivos, mas indivíduos que decidem os rumos: seja o Presidente Snow, Darth Vader e Palpatine, ou Cypher em "Matrix".

Sendo o filme com a maior estreia até hoje em solo nacional, em 1400 salas, "Jogos Vorazes – A Esperança" levará o tema da revolução ao imaginário de milhões. Pelo lado positivo, vemos as telas de Hollywod "curvando-se" ao tema da revolução; contudo, seu objetivo é subverter seu potencial. Cabe a nós mostrar que nossa revolução pode transcender, em muito, a de Katniss e Coin.

EUA

Ferguson: “não é um momento, é um movimento”

Por Juan Andrés Gallardo

A decisão de não apresentar acusações contra o policial Darren Wilson, que assassinou o jovem afroamericano Michael Brown em agosto passado, incendiou a ira dos manifestantes em Ferguson, mas também se estendeu como uma onda de repúdio por todo o país.

O caso Brown é emblemático porque já se converteu em um ícone que supera amplamente o que se poderia ter contabilizado como um assassinato a mais de um jovem negro por parte de um policial branco. Ferguson atuou como catalisador: a brutalidade do assassinato de um jovem desarmado, o acobertamento inicial por parte da polícia, a repressão brutal das primeiras manifestações, a militarização sem precedentes da cidade, e o racismo aberto de uma Ku Klux Klan que se manifesta livremente pelas ruas. Estes são alguns dos elementos que converteram este caso no emblema de uma nova etapa, ou de um novo movimento da luta contra o racismo.

São os próprios manifestantes de Ferguson os que expressam que não se trata de “um momento, mas de um movimento”, ou seja, que não é só a luta pontual por justiça para Michael Brown, mas que é o disparador de um questionamento profundo de um racismo social. Mais ainda, é o questionamento à ideia de uma sociedade pós-racial após a entrada de Obama na Casa Branca.

Como dizíamos, a construção política dessa “ilusão” pós-racial foi “reforçada com a eleição do primeiro presidente negro, que confunde a ampliação de direitos e um discurso politicamente correto com a eliminação do racismo”. Ferguson não só pega no eixo dessa ilusão, mas abre a possibilidade e “coloca o interrogante de se a juventude negra será o novo emergente da ‘geração dos movimentos’”.

Ainda que seja uma pergunta de resposta ainda incerta, o que já se pode afirmar é que desde agosto se vem expressando um descontentamento entre setores da juventude negra, que já não responde à autoridade de alguns dos “emblemas” da luta pelos direitos civis, como o Reverendo Al Sharpton, que vinham

atuando politicamente como figuras de desvio para uma passividade nos marcos do bipartidarismo. Ou seja, evitar rebeliões ao estilo da de Los Angeles em 1992, ao mesmo tempo em que atuam como nexo entre a comunidade negra e o partido Democrata.

A desconfiança em Al Sharpton, que alguns manifestantes expulsaram dos protestos em Ferguson, é mostra deste “choque geracional” e expressa a erosão da legitimidade de líderes históricos do movimento, como também uma contratendência à carga simbólica e ideológica que produziu sobre a “concepção pós-racial” a chegada de um afroamericano à Casa Branca.

É por estes motivos que Obama se apressou a fazer declarações, alguns minutos após ser conhecida a sentença do grão jurado de St. Louis. Seu discurso esteve destinado a fortalecer a ideia de que a comunidade negra tem de lutar de forma pacífica por seus direitos, repudiar os revoltosos e subordinar-se aos ditames da justiça.

Tratando de fazer malabarismos, Obama afirmou que “nas últimas décadas fizemos grandes progressos nas relações raciais, fui testemunha disso em minha própria pele, mas segue havendo problemas” e chamando os manifestantes a realizar protestos pacíficos, e condenando os distúrbios de “uma minoria”, afirmou que “há maneiras de canalizar suas preocupações construtivamente”.

Não obstante, o relato de Obama se mostrou absolutamente efêmero. Enquanto ainda dava seu discurso, a polícia de Ferguson já estava disparando gás lacrimogêneo sobre os manifestantes.

Como contraposição a este discurso de Obama, um setor dos manifestantes de Ferguson dava a conhecer uma carta aberta frente à decisão do grão jurado, onde expressam o seguinte:

“Durante 108 dias, nos aconselharam que deixássemos que o ‘sistema funcionasse’, esperar e ver qual seria o resultado. Já estão prontos os resultados. E ainda não temos justiça. Esta luta pela dignidade de nossa gente, pela importância de nossas vidas, pela proteção de nossos filhos e filhas, não começou com o assassinato de Mike Brown e não terminará com este anúncio. O ‘sistema’ no qual nos disseram que nos apoiássemos nos manteve às margens da sociedade. Este sistema nos alojou nas piores casas, educou nossos filhos e filhas nas piores escolas, encarcerou nossos homens a níveis inimagináveis e envergonhou nossas mulheres por receber o apoio que necessitam para serem mães. Este sistema no qual nos aconselharam acreditar nos decepcionou consistente, inequívoca e descaradamente, nos expulsou uma e outra vez.

Este mesmo sistema no qual vocês nos dizem para confiarmos, o mesmo sistema destinado a servir e proteger a cidadania, uma vez mais assassinou dois de nossos irmãos desarmados [Akai Gurley, no Brooklyn, e uma criança de 12 anos, Tamir Rice, em Cleveland] (...) Seguiremos lutando porque sem luta não há progresso. Seguiremos ‘interferindo na vida’, porque se não ‘interferirmos’, temeremos por nossas vidas (...) E até que este sistema seja desmantelado, até que o status quo que nos considera de menor valor que outros já não seja aceitável ou rentável, seguiremos lutando. Lutaremos. Protestaremos (...) Marchamos com um propósito. O trabalho continua. Isto não é um momento, mas um movimento. O movimento vive”.

Esta carta aberta, ainda que reflita conclusões de um setor que vem fazendo uma experiência de mais de três meses em Ferguson, é em linhas gerais expressão de um descontentamento generalizado que já superou amplamente os limites da cidade e se começou a expandir pelo país.

México: a barbárie capitalista é resultado da maldita recolonização

Por Pablo Oprinari, MTS México

A militarização da luta contra o narcotráfico desde os governos do PRI dos anos 1970 – quando se realizaram as queimadas das colheitas no marco da "Operação Condor" – respondeu aos ditames de Washington, que colocou o tráfico de drogas como um de seus grandes "inimigos públicos". Com a chegada de Vicente Fox (do PAN) à presidência, isto se aprofundou: em sua campanha eleitoral propôs "não considerar o tráfico de drogas como um assunto de segurança nacional, mas de saúde pública, e retirar o exército da luta contra as drogas", mas esta retórica foi mudada rapidamente com a vinda do "czar antidrogas", Barry McCaffrey.

Durante as últimas décadas, a DEA e a CIA ditaram nos fatos as políticas dos sucessivos governos, utilizando, por exemplo, a extradição para encarcerar ou pactuar "proteção de testemunhas" com os chefes da máfia de acordo com seus interesses (incluindo o recrutamento de setores antinarcotráfico pelos cartéis mexicanos). A "colaboração" militar (como a Iniciativa Mérida) foi também um mecanismo de sujeição e monitoramento constante sobre o México; um grande envolvimento nos assuntos de segurança mexicanos que decidiu sobre nomeações no exército (como revelou o New York Times em fevereiro de 2013).

A ação do governo dos Estados Unidos se rastreia também nos vínculos entre a CIA e o narcotráfico. Nos anos '80, segundo documentou Anabel Hernández em seu livro "Os senhores do narcotráfico", a aliança entre o narcotráfico colombiano e mexicano foi a via com a qual Washington proveu de recursos a máfia para ingressar drogas nos Estados Unidos. Esta foi a forma em que ascenderam ao estrelato os chefes da máfia como Pablo Escobar Gaviria antes de sua queda, e do "Cartel de Guadalajara" – hoje, de Sinaloa ou do Pacífico – liderado por Ernesto Fonseca Carrillo e Miguel Angel Félix Gallardo.

Estes são exemplos de uma peculiar associação econômica e política entre a Casa Branca e os senhores do narcotráfico.

Ante o poder crescente dos cartéis mexicanos – que foram superando seus pares colombianos – Washington buscou fixar as "regras do jogo".

A militarização imposta pelos EUA pretendeu disciplinar as distintas facções e manter deste lado da fronteira a instabilidade gerada por suas disputas internas. O México se converteu numa faixa de amortização, um "campo minado" para a população que sofreu terríveis conseqüências.

Dominação imperialista e narcotráfico

O ciclo de recolonização iniciado com o Tratado de Livre Comércio amplificou a penetração imperialista sobre um país que compartilha 3200 quilômetros de fronteira com os Estados Unidos.

Enquanto o México exporta mão de obra, matérias primas, mercadorias e narcóticos ao norte do Rio Bravo, os Estados Unidos exportam capitais que oxigenam as indústrias de ponta e as maquiladoras (aeroespacial, automotrizes, entre outras) o turismo e as "indústrias" ilegais como a prostituição e o tráfico de mulheres.

Este ciclo potencializou o desenvolvimento descontrolado dos cartéis e a disputa pelo controle territorial. E deu origem a fenômenos monstruosos como o aumento do feminicídio e a repressão selvagem contra as classes despossuídas e setores opositores.

Mostra disso – entre outros tantos exemplos – são os migrantes torturados e executados em San Fernando, o massacre de Villas de Salvárcar, as fossas clandestinas, os assassinatos de Maricela Escobedo e outras lutadoras contra o feminicídio, o desaparecimento e massacre de estudantes normalistas, entre muitas outras. A associação entre o narcotráfico e os distintos estratos do governo e das forças armadas, nestes crimes, é absoluta. Isto explica tanta impunidade.

Neste contexto, o mercado de drogas e outras indústrias ilegais geram uma grande quantidade de dinheiro que depois é posta em circulação mediante o investimento em negócios legais, transformando-se assim em capital.

Alternância e recolonização imperialista

A situação mexicana está longe de responder meramente à corrupção nos municípios, como pretendem Peña Nieto e seu secretário de Governo, Osório Chong. É a expressão extrema da subordinação aos EUA, que corrói até os alicerces do estado capitalista e o decompõe.

Se a associação entre cartéis e estado já existia sob os governos do PRI, o advento do regime da "alternância", onde surgiu um entramado constitucional mais fragmentado, potencializou o descontrole: os distintos níveis do estado estabeleceram alianças com o narcotráfico – muitas vezes justapostas entre bandas delinqüentes adversárias. A associação banhou todos os níveis do governo e das forças armadas: municípios, governadores e inclusive os níveis mais altos de poder político.

Uma evidência a mais, não só de que a "democratização" das instituições é impossível, mas de que a "alternância" foi um instrumento da recolonização e do produto mais bárbaro do capitalismo atual: o narcotráfico.

É neste marco que se faz fundamental lutar por derrubar o Tratado de Livre Comércio e os pactos que atam o México ao imperialismo. Por cada dólar que as transnacionais "investem" no México, aprofundam a opressão e a exploração de milhões de trabalhadores, camponeses e indígenas pobres. A integração à economia ianque é a chave que suga a seiva vital desta nação, para convertê-la em uma estrela a mais na bandeira norte-americana. É preciso acabar com este regime político agente do imperialismo e ligado ao narcotráfico.

Ao mesmo tempo é elementar lutar pela legalização das drogas – que deixaria os cartéis sem sua principal fonte de lucros extraordinários – como parte de um programa que desconheça os ditados da Casa Branca em matéria de luta "antidrogas", e que busque expropriar os cartéis e todas as empresas "legais" comprometidas com estes. Nesse caminho, a autodefesa por parte das organizações operárias e populares é uma necessidade básica para fazer frente aos narcotraficantes e forças repressivas responsáveis por 200.000 mortos e dezenas de milhares de desaparecidos.

Frente à resistência curda em Kobane: uma polêmica com a LIT-PSTU

Por Simone Ishibashi

Os enfrentamentos com as reacionárias organizações do Estado Islâmico (EI) e o Levante na região de Kobane, localizada na fronteira turco-síria, têm recolocado uma série de debates. Essas organizações se dirigiram para a fronteira turco-síria, para controlar regiões estratégicas de circulação de armas e insumos, abrindo um novo conflito no interior da guerra civil síria.

O contexto da guerra civil síria está marcado pelo retrocesso da "primavera árabe". No Egito, o comandante do exército, Fatah al-Sissi, foi eleito presidente. Economicamente, não apenas não houve melhoras, como o governo egípcio busca o FMI. Na Líbia, há três anos da derrubada do regime, o país encontra-se à beira de uma guerra civil, produto dos enfrentamentos entre distintos clãs tribais. Na Síria há uma guerra civil labiríntica desde que houve o refluxo das manifestações populares em 2011.

É nesse marco que se dá a heroica resistência das Unidades de Proteção Popular (YPG), ligado ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) turco, à ofensiva do Estado Islâmico e do Daesh, na região de Kobane. Um avanço da resistência da YPG ao Estado Islâmico poderia restabelecer um aspecto progressista, em meio à guerra civil síria. Mas isso não é algo fácil.

Onde leva o abandono da teoria da revolução permanente

A LIT-PSTU com sua teoria da revolução democrática, segundo a qual haveria um momento em que a tarefa seria derrubar as ditaduras e regimes não importando que a direção da oposição seja burguesa e que não haja classe trabalhadora, falhou em todos os processos da primavera árabe. Desconsidera que há "rebeldes" e opositores de grupos reacionários, religiosos, e ainda pró-imperialistas. Como por exemplo, na Líbia. Não é demais perguntar novamente à LIT-PSTU: qual seu balanço sobre a Líbia? Quem são hoje os rebeldes que a LIT apoia: os burgueses do governo de Tripoli ou os burgueses de Tobruk? Com seu maniqueísmo antidialético de "quem não apoia os rebeldes, está com Assad" a LIT-PSTU está no polo oposto ao de Trotsky. Os revolucionários devem estar na mesma trincheira militar dos curdos em Kobane. Mas isso não significa calar-se sobre a política do imperialismo de apoiar-se nesses setores para garantir seus próprios interesses, ou sobre as dificuldades que existem para que a resistência curda hegemonize a guerra civil síria de conjunto.

Após semanas de inação, o imperialismo norte-americano bombardeou as posições do Estado Islâmico em Kobane, e passou a fornecer armamentos à milícia YPG. Esse apoio nada tem a ver com uma preocupação com os curdos de Kobane, mas com a percepção de que não bastam bombardeios para impor limites ao avanço do Estado Islâmico, que ameaça também os interesses do imperialismo no Iraque. Por isso, Obama pactuou com Erdogan, presidente da Turquia, uma mudança de orientação para agir. Também foi feito um acordo para o envio de ajuda ao Exército Sírio Livre, organização que é reconhecidamente aliada do imperialismo dentre a oposição síria.

Frente a isso, a LIT-PSTU afirmou que "Nesse sentido a unidade político-militar entre os combatentes curdos e os rebeldes sírios árabes não só é progressista como, em nossa opinião uma condição para a vitória, tanto no terreno da luta para derrubar a ditadura de Al Assad como para avançar rumo a um Estado independente de toda a nação curda." Festejam a unidade não só militar, mas política das milícias da YPG com uma direção burguesa e pró-imperialista como é o Exército Sírio Livre. Essa lógica por fora de qualquer critério de classe leva a LIT-PSTU a se diluir politicamente em meio às direções burguesas.

A LIT-PSTU cita Trotsky quando na revolução espanhola dizia que os revolucionários "devem ser os melhores soldados contra Franco". Deveriam retomar a continuidade dessa frase citada, quando Trotsky completa que "Participamos na luta contra Franco como os melhores soldados e, ao mesmo tempo, no interesse da vitória sobre o fascismo, agitamos a revolução social e preparamos a derrubada do governo derrotista de Negrín. Somente uma atitude semelhante pode nos aproximar das massas." Essa orientação de Trotsky está totalmente de acordo com a teoria da revolução permanente, segundo a qual a luta contra as ditaduras de turno e pelas demandas democráticas estruturais nos países semicoloniais deve ter como sujeito a classe trabalhadora.

A LIT-PSTU abdica da luta antiimperialista

No referido artigo a LIT-PSTU sequer cita as movimentações dos EUA e seus aliados, e buscam sair na ofensiva contra as posições da FT ao afirmarem que "Afinal de contas, para a FT, o imperialismo que foi derrotado no Iraque e no Afeganistão não estaria tão mal na hora de intervir militarmente, pois já haveria encontrado uma série de 'tropas terrestres' ('mercenários terroristas', 'manifestantes profissionais', diria o castro-chavismo) dispostas a auxiliá-lo: primeiro os rebeldes líbios, depois os sírios, agora os curdos iraquianos. Que alguém avise a Obama!".

Analisamos em vários artigos a decadência hegemônica norte-americana, e as contradições de sua estratégia para o Oriente Médio. Esse processo indica justamente que os EUA combinam intervenções militares diretas, com a busca por utilizar os aliados regionais. Ignorar isso é simplesmente fechar os olhos para a política do imperialismo. Assim foi quando o imperialismo apoiou o Exército Sírio Livre contra Assad. E, mais abertamente ainda, na intervenção que promoveram na Líbia, e que a LIT-PSTU insiste em caracterizar como "vitória estrondosa das massas". Ao negarem-se a ver como atua o imperialismo na região, negam-se a combatê-lo.

Por uma política revolucionária para Kobane e a questão curda

Estamos em defesa de Kobane e Rojava. Denunciamos o imperialismo, que busca usar as forças curdas que se enfrentam com o Estado Islâmico, bem como sua intervenção no Iraque e na Síria. Reivindicamos a abertura da fronteira turco-síria para o YPG e todos os refugiados, bem como a retirada do PKK da ilegalidade, e liberdade imediata para todos os presos curdos na Turquia. Entretanto, a luta pela autodeterminação do povo curdo só pode ser resolvida pelos trabalhadores e o povo curdo da Síria, Turquia e Iraque, que devem avançar para combater suas direções conciliadoras, instaurando greves gerais insurrecionais, com uma política eficaz para no decurso dessa luta combater também toda e qualquer atuação do imperialismo.

Campanha contra machismo e homofobia chega a centenas de milhares de pessoas

CHEGA DE ESTUPROS E ASSÉDIO NAS FACULDADES DE MEDICINA DA USP! BASTA DE MACHISMO, RACISMO E HOMOFOBIA!

Campanha dos trabalhadores da USP

BASTA DE HOMOFOBIA! DANILO E RAPHAEL ESTAMOS COM VOCÊS!

Campanha no metrô de São Paulo

Na última semana as páginas da Folha de São Paulo e do Estadão estiveram estampadas com fotos de trabalhadores da USP carregando faixas contra os estupros no campus. Nesta mesma semana, os metroviários estão tomando conta das redes sociais com fotos de apoio à Danilo e Raphael, casal agredido dentro do Metrô de São Paulo. Estas imagens foram compartilhadas e curtidas por centenas de milhares de pessoas por Facebook e WhatsApp. Entrevistamos companheiros que estiveram na linha de frente destas campanhas: Diana Assunção, diretora do SINTUSP e Francielton, da manutenção do metrô de São Paulo.

JPO: Porque fazer campanhas militantes como essas?

Diana – Em primeiro lugar pelo repúdio que sentimos contra qualquer forma de opressão. Os trabalhadores leem os jornais sobre os estupros na USP, veem na TV o Danilo e o Raphael serem agredidos, isso dá uma sensação de revolta e logo pensamos no que podemos fazer. A melhor forma é fazer algo organizado, enquanto classe. Por isso fomos propondo nos nossos locais de trabalho, tanto na USP, quanto no Metrô essa ideia simples de juntar os trabalhadores no próprio local de trabalho e tirar uma foto. Isso mostrou uma grande força porque em poucas horas chegou a centenas de milhares de pessoas, seja pelo jornal impresso, seja pelo Facebook e WhatsApp. Mas fazemos campanhas assim porque diz respeito a que tipo de sindicalismo queremos levar adiante, um sindicalismo que não é somente combativo ou de luta, mas que carrega um principio da luta revolucionária contra toda a forma de opressão.

Francielton – Exatamente isso, queremos construir um outro tipo de sindicalismo, um sindicalismo que não naturaliza mais os ataques racistas, homofóbicos e machistas. Às vezes a gente está no trabalho, vê uma notícia na TV, mas parece que não tem nada a ver com a gente. Mas se tomamos atitudes como essa os trabalhadores podem ser sujeito político. Os comentários que vimos no Facebook nos dão muita força pra pensar que esse é o caminho. Infelizmente, até agora o Sindicato dos Metroviários se limitou a divulgar as fotos no Facebook mas não se somou à campanha efetivamente, o que traria muito mais força.

JPO: Não é comum a pauta da violência a mulheres e a homossexuais ser levantada a partir de sindicatos e centrais sindicais, porque é assim?

Diana – A maioria dos sindicatos é controlada pela burocracia sindical que se submete ao regime sindical brasileiro. Os burocratas freiam nossas lutas, mas também morrem de medo que a voz dos trabalhadores comece a ter eco na população e em setores oprimidos, que são amplos em toda a sociedade. Então não somente reproduzem todo tipo de opressão entre os trabalhadores como buscam sempre separar o sindical do político, ou seja, dizem que luta contra opressão não tem a ver com os trabalhadores, que a luta é por salário, que a prioridade é a "pauta da categoria". Infelizmente muitas organizações da própria esquerda reproduzem isso, ou no máximo tem um programa para as opressões que servem como adendo, deixando os setores oprimidos da classe trabalhadora se organizando individualmente e não lutando pra mover a classe operária como tribuno do povo contra a miséria e opressão da sociedade. Na greve dos trabalhadores da USP a partir do Sintusp a gente fez um debate contra o machismo, homofobia e transfobia, consideramos uma excelente experiência porque muitos trabalhadores falaram pela primeira vez numa reunião destas sobre o machismo dentro de casa, sobre sexualidade, sobre aborto, temas que são dados como tabus.

JPO: Porque é importante que sejam trabalhadores que levantem estas campanhas?

Francielton - Como os capitalistas utilizam a opressão para ampliar sua margem de lucro sobre os salários de todos os oprimidos, é impossível que uma saída de fundo para as opressões venha por parte da burguesia e seu Estado capitalista. Os trabalhadores podem oferecer uma contraposição à opressão disseminada pela burguesia, a possibilidade de que mulheres, negros, homossexuais vejam nos trabalhadores uma classe que pode, se armada de uma estratégia revolucionária, abrir espaço para a libertação dos trabalhadores e de toda a humanidade. Como um pequeno exemplo de novo sindicalismo essa campanha é pra lutar pelo novo, e quando se trata da luta contra as opressões não podemos ter nenhum medo de dizer que estamos lutando pelo comunismo, uma sociedade que seja livre de toda exploração e opressão.